

SEGUNDA PARTE

PERSPECTIVAS E INVESTIGAÇÕES

CAPÍTULO I

A TEORIA CHOMSKYANA

E UMA

DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA

CAPÍTULO I

A TEORIA CHOMSKYANA E UMA DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA

0. Introdução

0.1. O propósito deste capítulo

Neste capítulo, nosso objetivo principal é o de introduzir os princípios básicos da teoria chomskyana através de um breve estudo histórico de seu desenvolvimento. Assim, esperamos preparar o caminho para o terceiro capítulo no qual aplicamos estes princípios aos dados do primeiro capítulo.

O presente capítulo se torna relativamente importante na medida em que reconhecemos que a maioria dos princípios a serem discutidos são metateóricos, afirmações metalingüísticas que permitem que a teoria faça afirmações lingüísticas. Entender estas noções é crucial porque, como diz R. Botha:

"Without the ability to identify metascientific statements as such, the ability to understand them and the ability to judge their correctness, we cannot really understand generative grammar. It is in the absence of these abilities that Chomsky's metascientific statements become incomprehensible". (1981:15).

Devo ressaltar aqui que não pretendo criticar as bases epistemológicas do pensamento chomskyana, mas sim, examiná-las. O leitor mais sofisticado na área de epistemologia poderá omitir este capítulo.

0.2. A importância da epistemologia em relação à lingüística

O objetivo secundário desta discussão será o de pensar sobre as implicações epistemológicas do desenvolvimento da teoria lingüística, da sua visão mundial ou, para usar uma metáfora pikeana "a janela pela qual o observador lingüístico observa o mundo".

Esta indagação é importante já que é precisamente nossa perspectiva epistemológica que vai determinar a direção e a forma final da nossa análise dos dados do primeiro capítulo. De fato, a epistemologia já entrou! A coleta dos dados seguiu um modelo que baseia-se numa determinada perspectiva

- a da tipologia sintática influenciada por Greenberg e outros. Ou seja, por razões epistemológicas, deixei de basear minha análise em dados dialógicos (cf. Everett, a sair), usando apenas dados monológicos. Portanto, temos que definir nosso ponto de vista epistemológico, nossa maneira de interpretar os dados transmitidos pelos sentidos.

Para esclarecer um pouco melhor, faço uma referência pessoal. Lembro-me da primeira aula que tive com o professor Kenneth Pike (1976). Ele começou por dizer:

"Languages are very different from each other. Of course they're not utterly different or we wouldn't have linguistics but simply individual grammars".

Ao meu entender, a teoria pikeana faz esta observação para justificar um determinado mecanismo heurístico, mas deixa de ver várias implicações dela, implicações que afetariam nitidamente sua percepção da linguagem humana. Ou seja, a tagmêmica e o estruturalismo em geral ainda se preocupam com as diferenças entre as línguas humanas.

Neste respeito, a "revolução chomskiana" teve um aspecto contrarrevolucionário. Contrarrevolucionário porque voltou a aceitar hipóteses anteriores ao estruturalismo. Na sua própria revolução, o estruturalismo se destacou pela sua rejeição da preocupação de filósofos como os de Port Royal, ou seja, as semelhanças entre as línguas do mundo. O elemento contrarrevolucionário da teoria chomskiana foi precisamente a recolocação da ênfase nestas semelhanças, a qual (como se esperava e se espera) deveria nos levar àquilo que todas as línguas têm em comum - a capacidade linguística do ser humano. Uma vez aceita esta conceituação, a linguística não é mais uma atividade classificatória - uma enciclopédica como a anatomia, a entomologia ou até uma coleção de moedas. Poderíamos dizer até que:

"Linguistics, as it is currently conceived, is fundamentally an epistemological inquiry. Its goal is to provide a formal characterization of our knowledge of language..." (May, 1982:1)

Pessoalmente, aceito esta caracterização. Mas a linguística, especialmente a chomskiana, tem várias formas. Os alunos de Chomsky aprenderam não somente a linguística, mas o princípio da criatividade. Eles querem fazer sua próprias revoluções.

Sem criticar esta criatividade, diria que ela nos obriga a procurar por trás de todas as inovações superficiais destas teorias o núcleo que têm em comum. Este núcleo é o que Chomsky chama de "leading ideas" e é o que vemos nas teorias mais desenvolvidas como a APG e a REST (e até nas sugestões mais informais como as da "Space Grammar", proposta por Langacker (1982).

O que é que estas teorias têm em comum? É precisamente este elemento comum que devemos entender já que, segundo Chomsky,

"Much of the debate in the field is, in my opinion, misleading and perhaps even pointless in that it concerns the choice among specific mechanisms but uses evidence that only bears on leading ideas which the alternative realizations being considered all share." (1981b:3)

Sugeriria que é a epistemologia que nos fornecerá as ferramentas intelectuais para chegar a uma avaliação destas leading ideas.

Neste capítulo examinaremos a teoria linguística contra o pano de fundo de três teorias epistemológicas (as de Kuhn, Lakatos e Feyerabend) e por sua vez, queremos examinar estas teorias epistemológicas através da linguística. Tentaremos responder às perguntas seguintes: "É possível avaliar o progresso científico?"; "Como é que a linguística se situa em relação à ciência em geral?"; "Que significa a proliferação das teorias da linguística, nos últimos dez anos?" E do lado metacientífico, "O que é a teoria chomskiana?"; "Quais são seus objetivos, suas leading ideas, o seu núcleo não negociável?"

1. Teorias da sintaxe

1.1. A gramática transformacional

1.1.1. ST: A teoria padrão (1957 - 1971)

1.1.1.1. A transformação passiva

Em Syntactic Structures (1957), Chomsky desenvolveu um argumento formal para demonstrar que as gramáticas de "estrutura de frase" eram inadequadas para caracterizar a língua humana. Ele propôs a "transformação" como um artifício teórico que superaria as limitações dos sistemas da reescrita do estruturalismo que eram iguais na sua capacidade gerativa às máquinas de Turing.¹

Uma gramática transformacional, segundo Chomsky, toma o output de uma gramática de estrutura de frase como o seu input e, portanto, é um mecanismo muito mais poderoso na sua capacidade descritiva.²

Nesta teoria, a sinonímia aparente entre sentenças como "João jogou a bola" e "A bola foi jogada por João" é explicável através da derivação da sentença passiva da ativa (ver Chomsky, 1967:42ss, para uma justificativa desta derivação, na qual a ativa é a sentença, "Kernel"). Ao dizer que uma sentença é básica e a outra derivada, Chomsky fez uma afirmação forte no tocante a organização linguística da mente que jamais teria sido feita pelos proponentes da chamada teoria estruturalista.

Esta transformação tinha a seguinte forma na teoria:

(1) $SN_1 - Aux - V - SN_2 \rightarrow SN_2 - Aux + ser - V - por + SN_1$

Os elementos mais importantes de (1) são a inversão das SN_2 e a inserção de "ser" e "por".³

Note-se a importância dada à ordem linear dos constituintes. Também é importante observar que Chomsky não usava noções como "sujeito", "objeto" etc. Sua escolha de relações categóricas (SN, SV etc.) ao invés de noções funcionais não foi feita por acaso, como ele mesmo diria depois:

"Functional notions like "Subject", "Predicate" etc., are to be sharply distinguished from categorial notions such as "Noun Phrase", "Verb... More generally, we can regard any rewriting rule as defining a set of grammatical functions, in this way, only some of which (namely, those that involve the "higher-level", more abstract grammatical categories) have been provided traditionally, with explicit names." (1965:68,69).

Segundo Chomsky, as noções funcionais são trivialmente deriváveis das relações categóricas e, portanto, seu uso de rótulos categóricos evitava a redundância implícita no uso de rótulos funcionais.

A transformação passiva representa um grande passo na história da linguística porque ela simboliza riqueza e o maior poder descritivo de uma teoria gerativa sobre a teoria estruturalista.⁴

Outrossim, ela representa o início de um longo caminho à busca de maior poder explicativo.⁵ Na ST, há dois aspectos nítidos: (i) uma ênfase em processos sintagmáticos (encadeamentos lineares) e (ii) o uso de um artifício, a transformação, com poucas restrições explícitas (ver a nota 5)

nas "estruturas profundas" ("Kernel" sentences) possíveis. Foi reconhecido que estes dois aspectos eram problemáticos por vários pesquisadores, inclusive pelo próprio Chomsky.

Uma das críticas mais perspicazes sobre o poder das transformações foi feita por Kimball (1973). Usando o tipo de raciocínio matemático empregado em Syntactic Structures, Kimball demonstrou que a teoria transformacional era capaz de gerar qualquer "descrição estrutural", o que aumentaria o poder descritivo mas reduziria o poder explicativo. Ele conclui que:

"...the proof that the transformational model proposed by Chomsky (1965) is equivalent in weak generative capacity to the class of URs⁶, should be interpreted as indicating that his model is tentative, requiring further grammatical constraints (ênfase minha, D.L.E.)" (1973:28).

1.1.1.2. Limites no poder descritivo

A tentativa de limitar o poder do componente transformacional levou os gerativistas à sua primeira divisão séria. Acreditado que o artigo que representa melhor a nova direção de Chomsky neste sentido é "Remarks on Nominalization", publicado em várias coletâneas por volta de 1970 (mas escrito em 1967).

O problema básico levantado em "Remarks" vem das pressuposições acima mencionadas (cf. nota 5) em relação à Gramática Universal (G.U.). A teoria precisa ser restrita mais ainda. A questão básica à qual Chomsky se dirige neste trabalho é: onde fazer as restrições? A questão é empírica e, além de ser importante, precisa ser resolvida através de indagações e dados precisos.

"...the evaluation procedure must itself be selected on empirical grounds so as to provide whatever answer it is that is correct" (Chomsky (1970:185)).

As conclusões alcançadas por Chomsky neste artigo dividiram os proponentes da ST em dois grupos: os que aceitaram a "hipótese lexicalista" (que restringe o componente transformacional) e os que aceitaram a "hipótese transformacionalista". Como nós vemos no terceiro capítulo, especialmente em

relação ao "Princípio de Projeção", estas conclusões continuam a afetar diretamente a teoria lingüística.

1.1.1.3. Avaliação e resumo da ST

A teoria gerativa resultou de uma nova "metafísica", uma série de pressuposições e conceituações das metas da lingüística que deram à luz a uma nova preocupação: a relação entre as semelhanças das línguas do mundo e a capacidade lingüística do ser humano.

Seu modelo inicial foi ao mesmo tempo mais poderoso e mais explícito do que as teorias estruturalistas. Porém, o preço do poder descritivo era caro demais comparado com o poder explicativo e Chomsky procurava uma solução para o problema.

Esta solução foi restringir (inicialmente) o componente transformacional, como se vê em "Remarks".

Uma questão ainda resta para nossa curiosidade histórica. Por que a teoria Chomskyana cresceu tão rapidamente em número de alunos, proponentes e departamentos de lingüística que a apoiavam e promulgavam? Podemos sugerir pelo menos três possibilidades.

Em primeiro lugar, o maior poder descritivo facilitou análises de dados e problemas intratáveis pela teoria estruturalista (Postal (1964)). Portanto, a teoria apresentou um modelo mais encorajador para aqueles que se interessavam pelas questões que interessavam a Chomsky (tais como a relação entre sentenças sinônimas, a recursividade da linguagem, a aprendizagem da linguagem etc.). Em segundo, a economia dos E.U.A. na época (McCawley (1976)) era favorável à teoria gerativa por causa das suas formulações matemáticas que pareciam mais compatíveis com a "tradução mecânica" (um assunto "quente" para o departamento da defesa dos E.U.A.). Em terceiro (e paradoxalmente), a política e a atividade de Chomsky contra a guerra do Vietnã era atraente para muitos "jovens intelectuais", os quais faziam lingüística devido ao estímulo geral de Chomsky.

1.1.2. EST/REST Teoria padrão ampliada e revista 1971 → 1.1.2.1. Restrições 1.1.2.1.1. Por que restringir a teoria? 1.1.2.1.1.1. Poderosa demais

Este primeiro motivo que levou os gerativistas a restringir a teoria é discutido acima e não direi mais a seu respeito, exceto que é uma consequência desta propriedade matemática que nos preocupa na construção de uma teoria da aquisição e não a propriedade em si. Esta consequência é que uma teoria poderosa demais em termos descritivos não será capaz de nos fornecer a estrutura dedutiva que a nossa teoria lingüística precisa se vai modelar, eventualmente, o modelo aquisitivo da criança.

1.1.2.1.1.2. Para chegar a uma estrutura dedutiva

É esta noção de estrutura dedutiva que precisamos elaborar mais. O que é uma estrutura dedutiva? Como podemos avaliar uma estrutura dedutiva proposta?

A "indução", como sabemos, é o processo pelo qual explicamos um conjunto de fatos através da avaliação da evidência a favor de uma determinada proposição sobre este conjunto. A indução era especialmente nítida nos objetivos (se não na prática) da lingüística estruturalista.

Ao aplicar a teoria estruturalista e a sua ênfase em estruturas indutivas à aprendizagem da primeira língua, teríamos que concluir que o aprendiz adquire a capacidade de falar uma língua através (i) da observação da língua falada, digamos, pelos seus pais, no caso da criança e (ii) do desenvolvimento de hipóteses que seriam gradualmente confirmadas ou não pela experiência.

Porém, este modelo tem um problema óbvio. Como é que esta criança pode interpretar e enunciar sentenças perfeitamente gramaticais se ela nunca as observou?

No modelo indutivo, as noções behavioristas de estímulo-resposta parecem ter algum valor explicativo. Assim, poderíamos dizer que uma criança adquire o seu conhecimento através de estímulos (que produzem respostas nela), ou seja, pela experiência.

Contudo, à luz da nossa observação no parágrafo anterior, a respeito

daquilo que se chama de "aspecto criativo" da linguagem, o modelo indutivo falha, devido ao que Chomsky chama de "pobreza de estímulo", ou seja:

"... the vast qualitative difference between the impoverished and unstructured environment, on the one hand, and the highly specific and intricate structures that uniformly develop on the other". (1980a:34)

Um modelo dedutivo não enfrentaria este problema porque, do mesmo modo que Descartes (1637) (tradução de (1960)) explicou nossa percepção de figuras geométricas, há uma estrutura inata que, embora influenciada pela experiência, existe antes dela.

Se nossa gramática universal vai refletir este tipo de capacidade, a prioridade, precisa ser (i) limitada e (ii) adequada. Dizer que a G.U. é limitada é dizer que ela tem uma certa forma - ela não permite todas as hipóteses possíveis já que isto negaria a sua forma e, portanto, a invalidaria. Todavia, ela tem que ser capaz de explicar a diversidade das línguas humanas.

Então, temos que restringir nossa teoria não apenas porque ela seja irrestrita matematicamente, mas porque isto resultaria numa ausência de significação para uma teoria da G.U.

1.1.2.1.2. A natureza das restrições

1.1.2.1.2.1. Introdução

Desde "Remarks", já houve várias propostas para resolver um ou outro dos problemas mencionados anteriormente. A semântica gerativa, por exemplo, queria tirar a camisa-de-força da ênfase nas ordens lineares, procurando uma "base universal" na forma lógica para as línguas naturais (Kimball, 1973:123). Mas, as sugestões da semântica gerativa aumentavam ainda mais o poder do componente transformacional. Entretanto, como se vê em "Remarks", a ST queria (por motivos posteriores, empíricos) restringir o poder deste componente. Por isso, Chomsky criticava qualquer teoria que aumentasse esse poder:

"Any enrichment of linguistic theory, that extends the class of possible grammars requires strong empirical motivation. We feel that this is

lacking in the case of devices that exceed the framework of Chomsky (1965)...".⁷ (Chomsky e Lasnik, 1977:427)⁸

Resumindo o tipo de trabalho que poderia ser feito para restringir a teoria, CL dizem:

"The theory can be constrained at the level of the base, the transformational component, the surface filters, or the interpretive rules; or by general conditions on rule application..." (Chomsky e Lasnik (1977:429)).

1.1.2.1.2.2. A hipótese de preservação de estrutura

Importante no desenvolvimento da teoria foi o aumento do componente de base proposta por Emonds (1976). Nesta hipótese de "preservação de estrutura", as regras de movimento foram restritas através de um aumento no número de "marcadores de frase" gerados pelas regras categóricas e, a especificação de que os constituintes movidos só podem ser movidos a nósulos gerados pela base (e somente em certas configurações). Esta hipótese tem resultado em muito trabalho produtivo (Chomsky, 1971; 1973; 1977a).

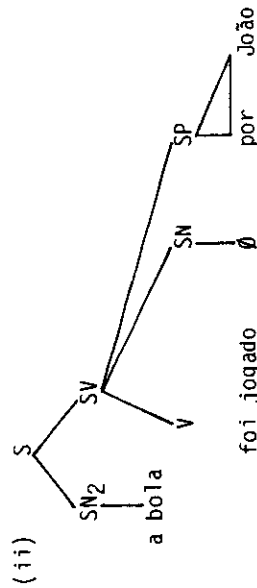
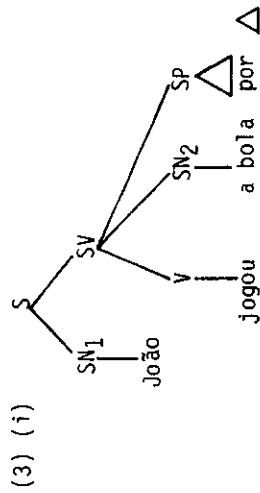
Para exemplificar o efeito desta hipótese na gramática gerativa, voltemos à apassivação. De 1957 a 1970 (ver Chomsky, 1965:103ss) esta transformação teria criado uma estrutura, ou seja, o SP "em SN" do português (ou "by SN", do inglês etc.). O trabalho de Emonds apoiou a eliminação deste tipo de geração de estrutura nova.

Segundo Emonds, a descrição estrutural da transformação passiva, exemplificada pela oração "A bola foi jogada por João", seria (simplificada):

(2) (i) [S [SN₁ João] [SV [v jogou] [SN₂ a bola]
[SP por -]]]

(ii) [3 [SN₂ a bola] [SV [v jogou] [Ø] [SP por
[SN₁ João]]]]

ou alternativamente:



O movimento representado por (ii) nos exemplos 2 e 3, descrito em termos de "pósposicionamento do agente" e "préposicionamento de SN" era restrito, por princípios independentes de estrutura. Esta hipótese é explícita e "falsificável" e, portanto, bem-vinda à teoria. No trabalho posterior de, inter alia, Bresnan (1970), Chomsky (1971; 1973) e outros, utilizaram esta hipótese no estabelecimento da EST. Note-se pela discussão acima que a EST resultou de anos de pesquisa na mesma direção e, portanto, representava uma "regulagem" legítima e não apenas uma modificação ad hoc.

Esta restrição interagiu de maneira muito importante com os outros componentes da teoria. Contudo, ao mesmo tempo, uma pesquisa estava sendo realizada que procurava restringir a teoria ainda mais.

1.1.2.1.2.3. A interpretação semântica

Algo que começou a incentivar muita pesquisa e que era, de fato, a maior distinção entre a EST e a ST era a relevância da estrutura superficial na interpretação semântica, como sugerida originalmente por Chomsky (1971).

As implicações desta idéia foram vistas em vários aspectos da teoria. Chomsky (1973) sugeriu a possibilidade de que o movimento sintático deixa "vestígios" (ou "categorias vazias" - Chomsky, 1981a). Investigamos as ramificações desta sugestão abaixo (1.2.1.2.4.), mas, veja-se que a teoria mudava na mesma direção, apoiada por cada nível lingüístico, as sugestões sobre a semântica afetando nitidamente a sintaxe.

1.1.2.1.2.4. Redução do componente transformacional

Aproveitando os resultados da pesquisa de Bresnan, Emonds e outros, Chomsky continuou suas investigações do componente transformacional. Desta pesquisa resultaram dois artigos cruciais: "Conditions on Rules of Grammar" (1976) e "On WH-Movement" (1977a). No primeiro artigo (p.195), Chomsky usou o nome "Revised Extended Standard Theory" pela primeira vez. Nesta teoria "revisada", reduções no número de transformações possíveis foram discutidas em termos de novos princípios de interpretação semântica: a derivação de uma "forma lógica" de uma estrutura superficial "enriquecida" (estrutura "S") pelos "vestígios" do movimento. Através destes princípios, segundo Chomsky, seria possível reduzir o componente transformacional, aumentar o poder explicativo da teoria e simplificar a interpretação semântica. A derivação da forma lógica exclusiva da estrutura S é o que distingue a REST da EST.

Em Chomsky (1977a), várias transformações de movimento foram estudadas e reduzidas em princípios ao "movimento-WH" (definido basicamente como movimento ao nóculo COMP, conforme Bresnan, (1970)). Restavam, então, apenas o movimento-WH e o "movimento-SN", movimento este que não passa pelo nóculo COMP. Trabalhos subsequentes como Chomsky (1980a; 1980b; 1981a e CL) limitaram o componente inteiro a uma só regra: "Mova".

As conseqüências destas reduções eram: (1) um aumento no poder explicativo da teoria G.U.; e (2) um novo problema: a "geração excessiva" overgeneration, (Fiengo (1980) ou misgeneration (May (1981))). Isto é, com uma só "Mova", se aplicando livremente, várias estruturas bem formadas quanto à regra resultariam em sentenças gramaticais não subjacentes.

Num artigo importante (May, 1981), são discutidas algumas ramificações e soluções para o problema da "geração excessiva". Por exemplo: (p. 217)

* [S who [S t hit t]]
3 2 1

ou

* [who [S t was hit Bill by t]]
3 2 1

Nesses exemplos, $\frac{t}{1}$ e $\frac{t}{2}$ são vestígios de $\frac{who}{3}$. Os números subscritos representam a "história derivacional" da sentença, ou seja, who começou na posição 1 e passou pela posição 2 para a posição 3. O problema é que estas sentenças são agramaticais nas permitidas por "Mova 2", como as sentenças correspondentes do português:

* [S quem [S t bateu em t]]
3 2 1

ou

* [quem [S t foi batido por t]]
3 2 1

Para responder a estes efeitos (aparentemente negativos), desenvolvimentos simultâneos na teoria resultaram na postulação de um conjunto de subsistemas de princípios independentes da sintaxe e da semântica para resolver e relacionar o problema da geração excessiva a outras características da G.U. Este conjunto de regras e subsistemas formam a chamada "gramática nuclear" (core grammar) - (cf. Chomsky, 1981a).

1.1.2.2. Subsistemas da gramática nuclear

1.1.2.2.1. Sobre a noção de "gramática nuclear"

Fazer uma idealização como a gramática nuclear na teoria gerativa não é uma novidade em termos do seu caráter heurístico ou epistemológico (cf. seção 1.2.2.2.). Isto é, Chomsky tem sempre, como é necessário para todo cientista, reconhecido o fato de que antes de estudar um determinado objeto é preciso isolar este objeto. Temos alguns comentários a respeito deste processo de "idealização" na próxima seção.

A gramática nuclear é, então, uma abstração. Chomsky diz a respeito dela que:

"...universal grammar provides a highly restricted system of "core grammar" which represents in effect the "unmarked case". Fixing the parameters of core grammar and adding more marked constructions that make use of richer descriptive sources, the language learner develops a full grammar representing grammatical competence" (1980a:3).

E também:

"Experience...serves to fix the parameters of UG, providing a core grammar..."

...what is actually represented in the mind of an individual even under the idealization to a homogeneous speech community would be a core grammar with a periphery of marked elements and constructions." (1981b:7,8).

Esta representação mental é a estrutura essencial (pura) da capacidade do falante nativo para falar a sua língua. Seus parâmetros podem ser fixados de várias maneiras: em termos de línguas configuracionais (a sintaxe X' de Chomsky, 1970; Jackendoff, 1977; etc.) ou não configuracionais (a sintaxe W* de Hale, 1981); em termos de línguas "pro-drop" ou não "pro-drop" (Chomsky, 1981a; b); etc. Muitas das conclusões alcançadas a respeito dos componentes da gramática nuclear são compartilhadas pelos proponentes de várias outras teorias ligadas ao quadro geral (de mentalismo etc.) proposto e defendido principalmente por Chomsky.

Basicamente, há dois sistemas que compõem a gramática nuclear:

(1) O sistema de regras

Chomsky define este sistema (1981b:5) em termos dos seguintes subcomponentes (ver o terceiro capítulo):

- (i) o léxico
- (ii) a sintaxe
 - (a) o componente categorial
 - (b) o componente transformacional
- (iii) o componente fonológico
- (iv) o componente da forma lógica

Os itens de (i) a (iv) são discutidos mais detalhadamente no terceiro capítulo. Aqui ofereço apenas algumas definições breves:

- (i) o léxico - especifica as propriedades inerentes dos itens lexicais (especialmente suas propriedades de subcategoria).
- (ii) a sintaxe
 - (a) gera as estruturas "D" (configurações básicas - cf. capítulo 3);
 - (b) relaciona as estruturas "D" com as estruturas "S" (o nível em que aparecem as "cadeias" de relações θ , GF, e A/A - cf. capítulo 3).

(iii) e (iv) são os componentes interpretativos no sentido de que tomam o "output" de (i) e (ii) como o seu "input". Porém isto não exclui a possibilidade de regras transformacionais atuarem nestes componentes também.

(2) Os subsistemas de princípios

Como Chomsky (1982b; 2ss.) diz:

"A second perspective from which one can view grammatical processes focuses on principles that hold of rules and representations of various sorts".

Estes princípios são (também discutidos mais detalhadamente no terceiro capítulo):

- (i) a teoria X: a teoria de estrutura frasal, as relações entre os núcleos de frases e seus componentes;
- (ii) a teoria θ : os princípios das relações temáticas (entre os argumentos verbais e os seus papéis semânticos);
- (iii) a teoria de Caso: a relação entre as posições que referem-se ao Caso (com "C" maiúsculo porque é abstrato - cf. Chomsky, 1980) e os elementos que o recebem;
- (iv) a teoria de vinculação: a relação entre os antecedentes e os elementos anafóricos e pronominais;
- (v) a teoria de limites (bounding): princípios sobre a especificação de condições sobre as regras de movimento (em relação às configurações de marcadores frasais e seus limites);
- (vi) a teoria de controle: a escolha de antecedentes para o elemento PRO (cf. Chomsky, 1981 b);
- (vii) a teoria de governo: princípios sobre a ocorrência das categorias vazias.

Para uma discussão mais detalhada, ver Chomsky (1981a,b; 1982a,b). Ver o capítulo 3 para um tratamento destes princípios em relação ao pirahã.

1.1.2.2.2. Sobre a noção de "idealização científica"

Para entender melhor a natureza da gramática nuclear, é necessário que tenhamos uma familiaridade geral com a noção da idealização como um princípio básico da indagação científica. Nas teorias epistemológicas discutidas mais adiantes neste capítulo (especificamente, as de Kuhn e Lakatos), é reconhecido o fato de que uma disciplina científica é parcialmente definida em relação aos problemas que ela escolhe para resolver. Segundo Botha,

"... giving specific content to the guiding aim of scientific inquiry means choosing a specific OBJECT or DOMAIN OF OBJECTS (ênfase de Botha, D.L.E.), at which investigation is to be directed.

... the chosen object of study... normally has a variety of problematic aspects... the practitioner of a particular form of inquiry now selects,

only one problematic aspect or a few problematic aspects... on which to concentrate his investigation. As a result, the object of study is IDEALIZED (ênfase de Botha, D.L.E.) by the scientist" (op cit: 27).

Ninguém poderia negar seriamente a necessidade de tais idealizações a não ser que fosse possível superar as limitações da mente humana e estudar tudo simultaneamente.

Apesar do fato de que somos obrigados a aceitar a priori a necessidade do princípio da idealização, as idealizações individuais são sujeitas à "validação" (Eu uso deliberadamente e "sem compromisso" o termo) empírica.

Como diz Chomsky:

"Idealization and abstraction are unavoidable in serious inquiry, but particular idealizations may be questioned, and must be justified on empirical grounds" (1975:171) em Chomsky (1977).

Em outros termos, somos livres para fazer nossas idealizações, mas a nossa liberdade deriva do nosso acordo prévio de descartar as idealizações empiricamente inadequadas ou, pelo menos, revisá-las conforme os dados.

Quais são os problemas e as idealizações da teoria chomskiana? Será que estas idealizações são apoiadas no nosso estudo da língua pirahã? Ou será que a teoria chomskiana é válida apenas para línguas indo-européias como várias pessoas têm se queixado informalmente?

Estas questões são, ao meu ver, cruciais, não somente para a teoria lingüística em geral, mas para o trabalho de campo - a descrição e a documentação das línguas do mundo. Isto porque, como já mencionei, a resolução ou pelo menos a reflexão sobre estes problemas epistemológicos afetará até na coleta de dados:

"The observer becomes an element of the theory; no fact is treated without reference to him. But...the observer can change his viewpoint, modifying the manner in which he looks at the data..." (Pike e Pike, 1977:5).

Em outras palavras, o "observador" possui uma perspectiva apriorística que afeta suas observações. Em termos mais fortes ainda:

"A comprehensive theory, after all, is supposed to contain also an ontology that determines what exists and this delimits the domain of possible facts and possible questions." (Feyerabend 1975:176-177).

É deste ponto de vista que considerações epistemológicas são intimamente ligadas até com uma "descrição" de uma língua indígena. Qual é aquela "ontologia" que procuramos descrever? Estruturas de conversação? Competência lingüística inata? Construção das paredes faringicas?

Originalmente, a teoria chomskiana (cf. Chomsky, 1965:3ss) se preocupava principalmente com a competência do, agora famoso, falante-ouvinte "ideal" (sua "ontologia delimitativa").

No intervalo entre 1965 e 1982 vários desenvolvimentos significantes têm ocorrido que têm muita relevância a esta idealização (por rejeitá-la), como a sociolingüística (Labov (1972)); a teoria dos atos da fala (Searle (1969)); e desenvolvimentos gerais na área da pragmática.

Quando Chomsky (1980:25ss) diz que o cientista que rejeita sua idealização automaticamente é obrigado a aceitar uma de duas "crenças" ("hopelessly implausible beliefs") ele usa sua própria terminologia. A terminologia de uma teoria rejeitada por aqueles que rejeitam sua idealização. Em termos dos princípios e das citações acima, esta avaliação dele é problemática porque cada perspectiva alternativa tem que ser julgada em relação a sua próprias questões e falhas "possíveis", o que vale igualmente para aqueles que atacam Chomsky através de problemas e questões alheias à teoria dele.

O problema geral e o perigo das idealizações é que temos de enfrentar a tentativa de utilizar uma pressuposição teórica, a nossa idealização, como se fosse um fato, um dado.

Portanto, temos que julgar as idealizações da competência do falante-ouvinte ideal e da gramática nuclear por dentro da teoria em que foram feitas (cf. Everett, a sair c.) para uma tentativa ao fazer isto.

Aqui nosso propósito é de explicar a natureza idealística da gramática nuclear e (i) entender onde cabe esta noção na teoria geral e (ii) como ela funciona empiricamente em relação ao pirahã. Em relação ao item (i), ela representa o esboço de uma estrutura dedutiva (cf. abaixo); em relação ao (ii), ver o seguinte capítulo. Acredito que esta idealização tem nos ajudado a procurar, encontrar e resolver certos problemas, como se vê, especialmente, na discussão da teoria de vinculação.

1.1.2.2.3. A gramática nuclear e uma estrutura dedutiva

A estrutura dedutiva (cf. 1.1.2.1.1.2.) é um ponto de partida. Ela tem que deixar de incluir informação social, pragmática etc. segundo a idealização chomskiana, porque a natureza daquilo que nós estudamos é puramente gramatical (cf. o resumo deste capítulo). Isto é, para chegarmos a um entendimento ou, pelo menos, a uma caracterização da competência do falante nativo, temos que propor uma estrutura dedutiva livre da interferência da comunidade heterogênea, justamente porque nossa idealização inicial pressupõe que para resolver os problemas em que nós nos colocamos, esta informação heterogênea é irrelevante e nos confundirá. Essa é a posição da gramática nuclear no quadro geral.

Nesta gramática nuclear, notamos também que a sintaxe, por ser o único elemento gerativo, é autônoma. Essa autonomia é crucial (cf. 1.2.3. abaixo).

Então, as idealizações e as modificações da teoria se apoiam. Vejamos que, embora a idealização pareça relativamente inócua na citação de Chomsky, acima, ela é de fato o que Lakatos chama de "cinto de proteção", o que nós já rotulamos de "não negociável".

Para entender a forma da gramática nuclear, a estrutura dedutiva e outros desenvolvimentos da teoria chomskiana, é sempre necessário lembrar-nos que são as pressuposições iniciais que determinam a forma da teoria etc., e não o contrário (cf. Chomsky, 1975; 1980a) para uma discussão clara destas pressuposições.

1.1.2.3. As categorias vazias

Subjacente a toda esta discussão e, como já mencionamos, a todos os desenvolvimentos da teoria gerativa, a tese essencial é a de Chomsky, o sine qua non da sua teoria. Esta tese, a chamada "autonomia da competência", diz simplesmente que a competência lingüística é independente de outras "competências cognitivas" (ver Chomsky, 1965:3; 1975; 1980a b:24ss). Um conceito intimamente ligado a este princípio e essencial para a manutenção dele é a autonomia da sintaxe. Esta "autonomia" é discutida em vários trabalhos como Culicover, Wasow e Akmajian (1977).

A hipótese da sintaxe autônoma diz basicamente que a sintaxe é suficiente e essencial para a interpretação semântica e fonológica de

sentenças (cf. as críticas de Lakoff, 1971; 1977). Neste sentido, a noção de vestígios se torna extremamente importante, uma vez que estes vestígios permitem estas interpretações e resolvem parcialmente o problema da "sobregeração", acima mencionada:

"...cases of overgeneration can be ruled out by rather general constraints on rules of "construal" provided that all transformations leave behind a "trace" of the sort proposed in Chomsky (1973; 1975)..". (Chomsky, 1977 b).

É crucial para o entendimento da teoria gerativa reconhecer que os vestígios não são uma novidade supérflua. Eles são obrigatórios para a sobrevivência da teoria chomskiana nas idealizações acima mencionadas (1.2.2.2. - 1.2.2.3.).

O próprio Chomsky insiste em que a teoria de vestígios seja uma continuação lógica do seu trabalho anterior.

"Trace theory has often been understood as a fairly sharp departure from earlier transformational grammar. This is not really correct, however. A variant of trace theory is implicit in the earliest formulations, specifically Chomsky (1955) and the more recent versions arise in a rather natural way from the continuing effort from the early 1960s to reduce the descriptive power and variety of grammatical rules, that is to converge on an explanatory theory of UG" (1981b:85).

Para visualizar melhor a passividade dentro da R.E.S.T. vejamos a derivação seguinte (simplificada):

A estrutura "0"

[S] SN ▲ [foi jogada [SN a bola] [por João]]

A estrutura "S"

[S [SN a bola] [sy foi jogada [SN t] [sp por João]]]

O alçamento de [SN a bola] deixa um vestígio [SN t]. Há uma relação anafórica entre estes elementos que se torna muito importante de modo geral na teoria.

Porém, há pelo menos quatro tipos de "categorias vazias" que teoricamente podem ser passivas. Ver o capítulo 3 para uma discussão mais ampla (e ver Pullum e Postal, 1979 inter alia, para uma crítica desta teoria).

1.1.3. Conclusão

1.1.3.1. A passiva no quadro geral

Na representação atual da teoria gerativa, a R.E.S.T., a formulação da transformação passiva interage com vários outros princípios independentes (os subsistemas de 1.1.2.2.1.). Por exemplo, uma vez que consideramos as modificações da passiva desde a ST, o processo é basicamente o de "alçamento ao sujeito" a qual é sujeita a princípios de Caso, anáfora etc. Isto é, na R.E.S.T., os subsistemas permitem uma explicação para exemplos de sobregeração como os seguintes:

* John was hit by _____.
Who was Bill hit by _____.

* The steak is likely to have eaten _____.
The steak is likely to have been eaten _____.

Nestes exemplos (de May, 1981) as sentenças gramaticais são distinguidas das não gramaticais, não pela regra da passiva que se aplica igualmente a todos estes exemplos, mas sim, pelos princípios de caso, interpretação de "operadores WH" na forma lógica e a noção de "c-comando" (a discussão destes princípios se encontra nas referências da bibliografia, especialmente Chomsky, 1981b; May, 1981; e Fiengo, 1980).

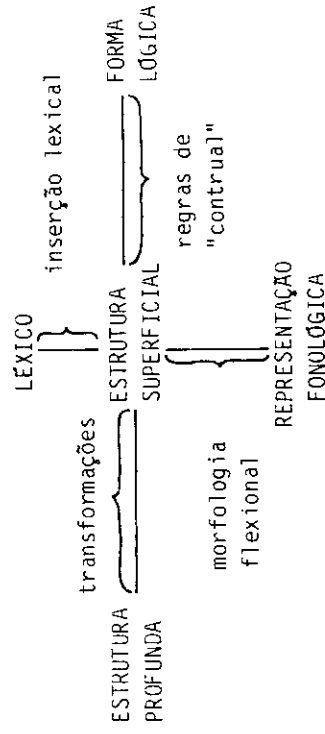
Portanto, as limitações independentes motivadas pela transformação passiva (e as demais transformações), em conjunto com outros princípios da teoria, fornecem um tratamento uniforme de uma variedade de fenômenos. Em outros termos, esta interação de princípios em relação à idealização inicial da competência (e da gramática nuclear) aumenta o poder explicativo ao mesmo tempo em que restringe o poder descritivo.

1.1.3.2. Resumo

Temos visto os seguintes desenvolvimentos na teoria Gerativa desde 1957:

- (1) a elaboração e expansão das propostas originais (Chomsky, 1957; 1965);
- (2) as restrições no componente de base (Chomsky, 1965; Emonds, 1976);
- (3) a relevância da estrutura superficial na interpretação semântica (Chomsky, 1971; Jackendoff, 1972);
- (4) a redução do componente transformacional (Chomsky, 1970; 1981a,b; etc.);
- (5) a teoria da gramática nuclear (Fiengo, 1980; CL; etc.);
- (6) a noção de categorias vazias (CL; Chomsky, 1977; 1980a,b; 1980b; 1981a,b; etc.);
- (7) a noção de uma forma lógica especificada exclusivamente através de uma forma "superficial enriquecida" por vestígios.

Representamos graficamente a nova teoria de Fiengo (1980:21), no diagrama:



1.2. APG

1.2.1. Introdução

A primeira pergunta que colocamos aqui é: "Por que considerar a teoria APG nesta tese?"

Para chegarmos a uma visão epistemológica mais completa da gramática gerativa, faremos um pequeno desvio, discutindo brevemente a teoria conhecida pelos seus proponentes como "Arc-PAIR Grammar" (APG). Nossos objetivos nesta seção são:

- (i) entender por que os fundadores da APG acham necessário o desenvolvimento de uma alternativa à teoria gerativa;
- (ii) responder a certas perguntas sobre a APG: "Como é que ela se distingue da (RE)ST?"; "Será que ela atinge os seus objetivos?";
- (iii) refletir sobre as implicações da fundação e divergências da APG em relação à (RE)ST. O que é que estas implicações nos dizem a respeito da REST? da teoria linguística em geral? da nossa análise do pirahã?

Esperamos até depois da discussão sobre as teorias de Kuhn, Lakatos eeyerabend para responder às perguntas do item (iii). Porém, é importante que o nosso estudo introdutório à teoria gerativa não seja conduzido num vácuo, mas que ele inclua informação suficiente das perspectivas alternativas para que possamos chegar a uma caracterização mais válida e relevante para o tema geral desta tese.

1.2.2. Histórico breve

O leitor se lembrará que os dois problemas básicos da ST eram: (i) o poder (descritivo) da teoria, e (ii) a ênfase na linearidade dos constituintes. Em sua maior parte, a ST, a EST e a REST não ofereceram resposta alguma ao segundo problema. Este problema é extremamente relevante ao desenvolvimento destas teorias, já que todas elas procuram um entendimento da GU. Por exemplo:

"We may think of the theory of grammar T as consisting of two parts: a universal grammar UG that determines the class of possible grammars and the way they operate, and a system of evolution that ranks potential grammars..." (CL: 427).

A questão levantada pela gramática relacional (o precursor da APG, cf. abaixo) é a seguinte:

"Será que a GU coloca tanta importância nas configurações sintagmáticas quanto a teoria gerativa?" Se não, uma crítica seria poderia ser feita contra esta teoria.

Johnson (1977:153) resume esse problema:

"The fundamental tenet of Relational Grammar is that grammatical relations such as "subject of" and "direct object of" play a central role in the syntax of natural languages, i.e. they are the proper units for the description of many aspects of clause structure... Relational Grammar posits these grammatical relations as primitives in linguistic theory. This contrasts with the position of standard transformational grammar, which views such relations as definable in terms of constituent structure notions of dominance and precedence."

E, falando especificamente sobre a passivização, Johnson continua:

"This change in grammatical relations holds to be the fundamental, universal property of "passivization". Linear order and changes in verbal and nominal morphology are considered to be language specific "side-effects"..." (ibid).

Em outras palavras, esta teoria surgiu porque um determinado grupo de linguistas percebeu certos problemas sérios na caracterização da GU pela teoria chomskiana.

Voltamos a avaliar os resultados desta teoria, especialmente em relação às "leading ideas" mencionadas anteriormente. Agora, porém, queremos entender melhor como funciona esta teoria.

1.2.3. A passiva na RG

Segundo a RG ("Relational Grammar", a primeira versão da APG), há três relações gramaticais principais ao nível clausal: (1) sujeito; (2) objeto; e (3) objeto indireto. Estas relações são chamadas de "termos" na terminologia da teoria. PP A inter-relação entre estes "termos" na RG se vê graficamente através de uma "rede relacional" (cf. abaixo). Nesta rede os termos são abreviados, representados por números. A relação do componente verbal é representada por P "predicado".

Outra relação importante nesta teoria se deriva das mudanças nas outras. Esta relação (que ao contrário das outras, pode aparecer mais de uma vez na mesma cláusula) é chamada de relação "chômeur". Ela se representa por $\hat{\sim}$, o acento circunflexo acima de um número. ($\hat{\sim}3, \hat{\sim}1$). A relação chômeur é a relação de um dos termos que tinha uma relação (1, 2 ou 3), mas agora devido à aplicação de uma determinada regra, não é usado. Ou seja, o elemento que tem uma relação chômeur é fora do domínio das regras e, de fato, não tem mais uma relação gramatical na cláusula. Assim, Perlmutter e Postal, 1977 (PP daqui por diante) caracterizam a passiva da forma seguinte:

"(1) A direct object of an active clause is the (superficial) subject of the "corresponding" passive.

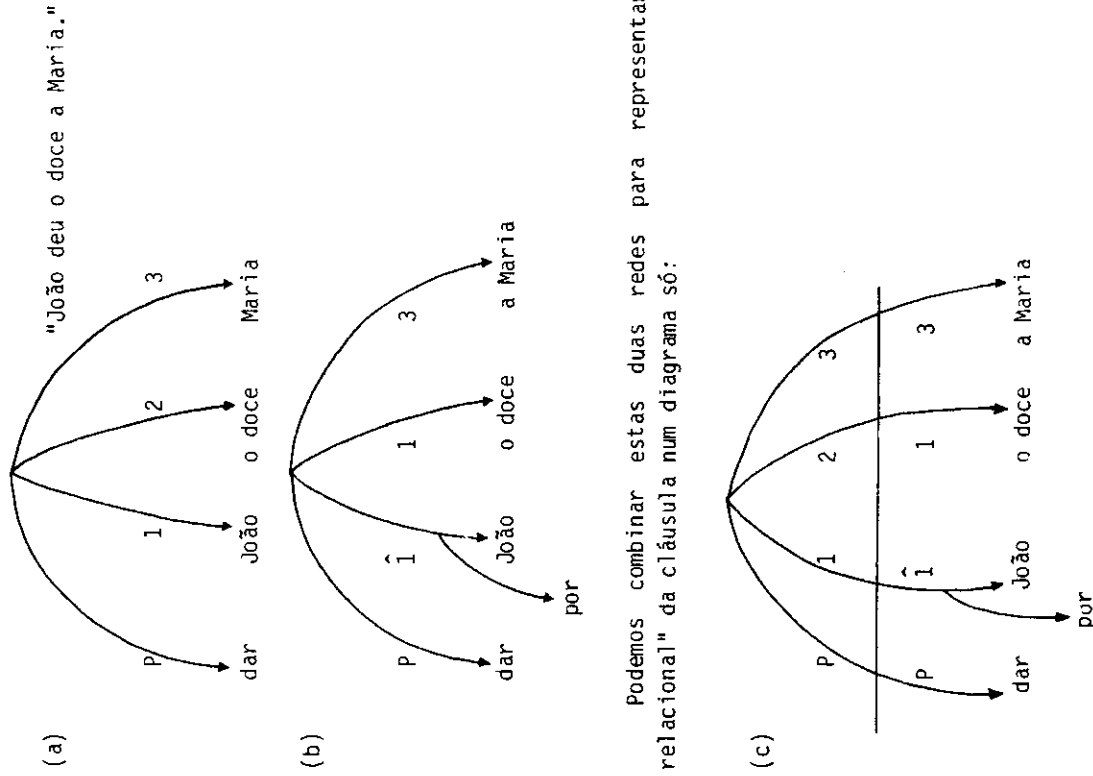
(2) The subject of an active clause is neither the (superficial) subject nor the (superficial) direct object of the "corresponding" passive". (399).

Podemos representar os princípios de (1) e (2) acima, pelo seguinte:

(1) 2 -- 1; (2) 1 -- $\hat{\sim}$

Ademais, há a aparência de um "sinal" da relação chômeur (pelo menos no português e no inglês), ou seja, a preposição "por" (ou "by" do inglês).

Representamos isto pelo par de cláusulas, (a) "João deu o doce a Maria" e (b) O doce foi dado a Maria por João" numa forma simplificada:



Podemos combinar estas duas redes para representar a "história relacional" da cláusula num diagrama só:

No terceiro diagrama, (c), a linha horizontal divide a rede em "estratos". O "primeiro estrato" é o acima da linha e o "segundo", é o abaixo da linha.⁹

PP discutem as dificuldades inerentes numa caracterização chomskiyana da passiva (cf. a resposta de Chomsky, 1981b:117). O artigo (PP) tenta

demonstrar como as noções funcionais são o princípio-chave das regras gramaticais e que nem mudanças sintagmáticas, nem mudanças de caso ou morfologia são fundamentais mas sim as relações gramaticais. Todas as outras mudanças são reflexões destas relações.¹⁰ Por exemplo, (de Basco):

"... a. Piarresek egin du etchea
Pedro-ergativo fez tem casa-absolutivo

"Pedro fez a casa."

b. Piarresek egina da etchea
Pedro-ergativo fez é casa-absolutivo

"A casa foi feita por Pedro." (399)

Neste exemplo, o verbo concorda com "Piarresek" em (a) e com "etchea", em (b), ou seja, o objeto direto de (a) passou a ser o sujeito de (b) (já que o verbo manifesta concordância exclusivamente com o sujeito).

"A theory of language that requires statement of passivization in terms of transformational structure description will... require a distinct rule for each language where the order of relevant constituents is different..."

The fact that case marking in (a-b) is the same, however, | no exemplo de Basco, acima, D.L.E. | reveals the hopeless inadequacy of a universal characterization of passive in terms of case". (ibid)

A vantagem da RG, segundo os seus proponentes, é que ela capta os verdadeiros elementos universais sem ser limitado a considerações irrelevantes (como a ordem linear etc.).

1.2.4. A passivização na APG

Na introdução ao seu livro, Arc-Pair Grammar (1980), Johnson e Postal (JP) dizem que a RG era apenas uma coleta de sugestões, nos termos deles, um

quadro ("framework"), enquanto a APG, sendo mais explícita e formal é uma verdadeira teoria (JP:19ss).

Devido à incorporação e consideração de vários trabalhos e sugestões de outras fontes como Lakoff (1977), a APG, desde 1977, tem rejeitado a noção de "derivações". Portanto, a "história relacional" de uma representação gráfica não teria mais nenhuma equivalência à noção chomskyana de "estágio derivacional", sendo agora um aspecto de fenômenos interligados com a fonologia e forma lógica (cf. a nota 9, acima).

"While the APG notion R - graph corresponds in essence to the informal RG notion RN ["relational network", D.L.E.], APG R-graphs are only a derivative aspect [ênfase de JP, D.L.E.]...of more basic notions. RG claimed that sentence structure was representable as a whole in terms of RNS. APG claims that the R-graphs are only a subpart of overall sentence structure..." (JP:18).

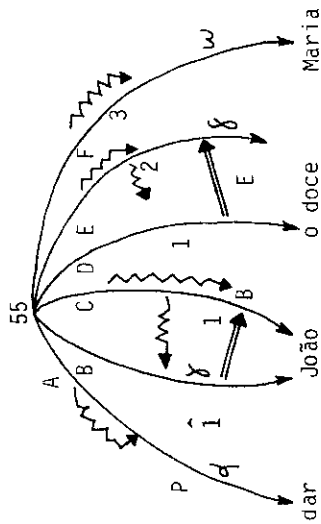
Este novo ponto de vista é representativo do crescimento da teoria. Agora a teoria é mais ampla. Embora investigações da forma lógica ou da fonologia sejam apenas futuras esperanças, elas recebem em JP sua primeira menção na teoria.

Duas inovações principais da APG (em relação à RG), são as noções de "sponsor" e "erase" (ou seja, patrocinar e apagar). Estas noções são relevantes para caracterizar os "R-graphs" sem referência à noção de derivações, ou seja, mostrar uma série de relações que se mantêm simultaneamente (cf. Lakoff, 1977).

"... in the course of formalizing these RG concepts it became necessary to incorporate into APG two new, more basic concepts - the primitive binary relations ... Sponsor and Erase". (JP:18).

Estas duas relações representam "... the central aspect of linguistic structure...". Segundo JP, estas são as relações entre os "arcos". Tentamos esclarecer melhor estes termos abaixo.

Na APG o "K-graph" (a antiga rede relacional) especifica uma série de relações e fatores não especificadas na RG. As formalizações desta informação nova são discutidas logo abaixo do seguinte "K-graph", que representa nosso velho exemplo, o par: "João deu o doce a Maria" e "O doce foi dado a Maria por João".



Explicação do diagrama:

- (1) "55" : o nóculo da cláusula é enumerado para representar sua relação num contexto geral de cláusulas. (i, ..., 55, ..., i), sentenças, locuções, etc.
- (2) "A"- "F" : "Arcos" (cf. a nota 11).
- (3) "1, 2, 3, ̂, p": as relações gramaticais
- (4) a, b, etc. : termos variáveis que representam seqüências coordenadas das relações gramaticais que se obtêm na cláusula (55).
- (5) \rightsquigarrow : patrocinar, "sponsor"
- (6) \longleftrightarrow : apagar, "erase"

Na APG as relações de "Patrocinar" e "Apagar" são fundamentais. De maneira simples, podemos entendê-las assim:

- A \rightsquigarrow B : A ocorrência de B no "R-graph" depende da ocorrência de A.12
- B \longleftrightarrow A : A ocorrência de B no "R-graph" é suficiente para a eliminação fonológica de A.13

Segundo JP, a nova informação no "R-graph" acima representa o desenvolvimento de outros princípios lingüísticos (das formas lógicas e da fonológica), inter-relações sentenciais, etc. Porém, é óbvio em JP que estes princípios ainda são pouco explícitos.

Por outro lado, em defesa da APG, poderia se responder que o "conteúdo empírico intensivo" (uma expressão de Lakatos, ver abaixo, na seção 2.3.),

ou seja, a qualidade das suas análises em relação à GU, justifica o trabalho necessário para desenvolver estas áreas. Ou como Feyerabend notou:

"In order to progress, we must step back from the evidence, reduce the degree of empirical adequacy (the empirical content) of our theories, abandon what we have already achieved and start afresh". (113).

e também

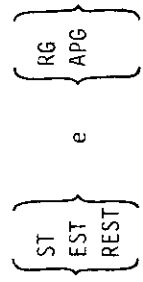
"This backward movement is not just an accident; it has a definite function; it is essential if we want to overtake the status quo, for it gives us the time and the freedom that are needed for developing the main view in detail..." (153)

Em outras palavras, mesmo que agora a teoria é menos abrangente empiricamente um proponente da APG poderia antecipar um estágio no qual a teoria trata da mesma quantidade de fatos (ou mais) e a trata melhor porque seus princípios teóricos são mais "válidos" em relação à GU (cf. seções 2.2. e 3).

2. Características epistemológicas

2.1. Introdução

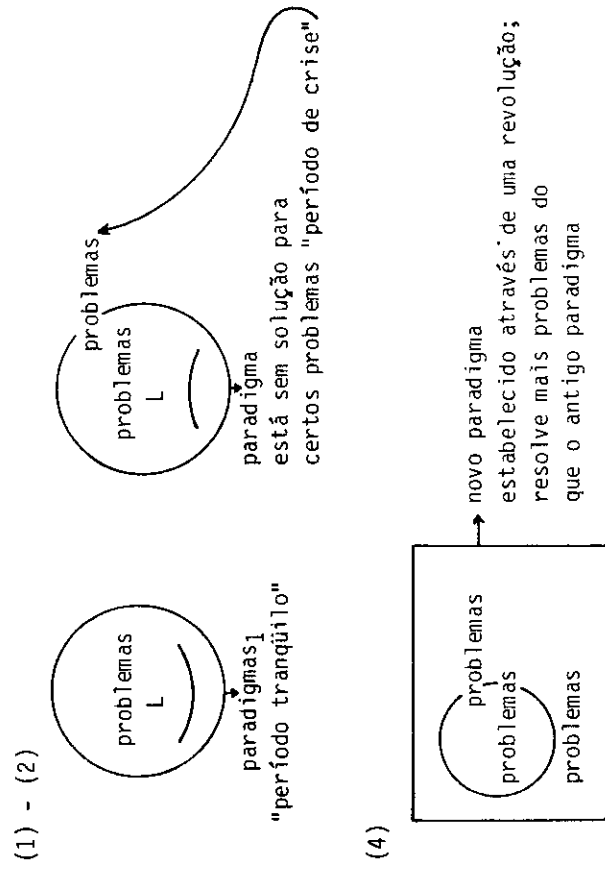
Temos visto brevemente o desenvolvimento de dois conjuntos de teorias relacionadas:



O que é que isto tem nos dito a respeito destas teorias? Em primeiro lugar, vimos que estas teorias têm escolhido caminhos diferentes para chegar à solução do mesmo problema: uma caracterização adequada da GU. Enquanto a REST se constrói sobre os resultados da ST e EST, a APG (e portanto a RG) rejeita esta base anterior (especificamente a ST), tomando um "passo para trás" na terminologia de Feyerabend. E como se a APG visse a (RE)ST como um quadro negro cheio de idéias, a soma das quais não nos levarão à teoria

- (3) um "período de crise" em que o paradigma ou tem dificuldades, ou é incapaz de resolver novos problemas levantados no decorrer da prática da "ciência normal";
- (4) uma "revolução" pela qual um novo paradigma se estabelece, dando conta simultaneamente aos fatos problemáticos e aos fatos antigos.

De forma gráfica, podemos conceituar 1 - 4 pelo seguinte:



2.2.2. Aplicação da teoria kuhniana à lingüística

Referências numerosas na literatura à "revolução chomskiana" (Searle, 1974; Smith e Wilson, 1979; etc.) e ao "paradigma gerativo" (Emonds (1976); Harmon (1974)) indicam que as noções kuhnianas têm exercido uma influência nítida sobre a conceituação da história da lingüística.

Tentemos aplicar este modelo aqui para chegar à nossa própria conclusão sobre sua relevância.

correta da GU. Portanto, a APG apaga a lousa, exceto que mantém a mesma meta e começa com idéias novas.

No entanto, o fato de que o objetivo da APG é igual ao da REST apoia fortemente a afirmação de Chomsky:

"My own suspicion is that as research progresses, it will show that many of the most productive ideas are in fact shared by what appear to be quite different approaches" (1981b:3).

Ou seja, as diferenças não são tão grandes e poderiam ser até irrelevantes.

A questão crucial neste ponto é saber se há evidência empírica que nos permite escolher entre a REST e a APG. Pessoalmente, não sou muito otimista.

Isso tudo vem a dizer-nos, em termos da caracterização formal do *paradigma*, que temos escolhido a REST como a teoria mais inclusiva, mas não necessariamente a mais adequada. Ademais, a justificativa desta escolha é relativamente arbitrária.

Tentamos defender estas hipóteses abaixo através de uma discussão de três teorias epistemológicas: o "ciclo paradigmático" de Kuhn; o "programa de pesquisa" de Lakatos; e o "anarquismo" de Feyerabend.

2.2. Kuhn

2.2.1. O "ciclo paradigmático"


Na teoria de Kuhn, o progresso científico de uma determinada disciplina é caracterizada por um ciclo, através de:

- (1) o estabelecimento de um "paradigma" (cf. 2.2.2.), definido por Kuhn como "... universally recognized scientific achievements that for a time provide model problems and solutions to a community of practitioners" (1962:viii);
- (2) um "período tranquilo", depois do estabelecimento do paradigma, no qual a maioria dos membros da disciplina praticam a chamada "ciência normal" uma série de pesquisas ou "quebra-cabeças" aprovados por essa maioria;

Kuhn diz que uma paradigma possui quatro elementos principais (cf. Percival (1976:286)):

- (1) generalizações simbólicas - expressões que são traduzíveis em forma lógica;
- (2) modelos - um quadro conceitual para ajudar os membros da "comunidade" a visualizarem a natureza dos seus "quebra-cabeças" (cf. a seção 1.1.2.2., acima, sobre problemas e idealizações);
- (3) valores - são os critérios usados para escolher os "quebra-cabeças", justificar a metodologia da pesquisa e julgar entre as teorias rivais;
- (4) exemplares - exemplos concretos (como "textbooks") de problemas e soluções (em forma pedagógica) para principiantes.

Conforme estes critérios, tanto a REST quanto a APG seriam paradigmas:

1	Generalizações Simbólicas	XAZ → XBZ	
2	Modelos	diagramas por árvores "tree diagrams"	"R-graphs"
3	Valores	Soluções em termos sintagmáticos são básicos para a GU	Soluções em termos relacionais são básicos para a GU
4	Exemplares	Perlmutter e Soames - 1979	Frantz 1981

Um problema, porém, surge em relação à noção de "comunidade". Nenhuma destas teorias, ou quaisquer outras além das mencionadas aqui é ou era aceita universalmente por lingüistas. Portanto, numa interpretação rígida da tese de Kuhn, não há e nunca houve um paradigma lingüístico (cf. seção 2.2.1.).

2.2.3. Críticas

Conforme esta interpretação da teoria de Kuhn, a lingüística não é uma ciência madura. Esta conclusão é inaceitável por alguns como Percival (1976), que usa o seguinte raciocínio na sua crítica a Kuhn:

- (1) primeira premissa - a lingüística é obviamente uma disciplina científica;
- (2) segunda premissa - não existe um "paradigma" dominante na lingüística;
- (3) terceira premissa - a falta de um paradigma, segundo o modelo kuhniano, indica que a disciplina não é madura;
- (4) inferência/conclusão - logo, a teoria de Kuhn é errada ou, pelo menos, inaplicável à lingüística.

Voltamos a estas críticas mais adiante.

2.3. Lakatos

2.3.1. Programas de pesquisa

Lakatos (1970) vê o progresso científico em termos de uma sucessão de teorias. No seu modelo é possível ver dois tipos de sucessão teórica ("shifts"). Pode haver um "shift" entre uma teoria 'a' e uma teoria 'b', partindo das mesmas pressuposições, aprimorando e ampliando a aplicação da primeira. Ou pode haver um "shift" entre uma teoria 'x' e uma teoria 'y' que representa um verdadeiro rompimento conceitual, na qual a teoria 'y' rejeita

incípios básicos de 'x', indo numa nova direção. (A primeira situação análoga a ST-EST-REST; a segunda, talvez, a ST-RG). De qualquer forma, o fundamento básico de uma teoria é dado como:

"... uma teoria só será "aceitável" ou "científica" se tiver um excesso observado do conteúdo empírico em relação a sua predecessora (ou rival), isto é, se levar à descoberta de novos fatos. Essa condição pode ser dada em duas cláusulas: a nova teoria tem um excesso de conteúdo ("aceitabilidade"), e parte desse excesso de conteúdo é verificada "aceitabilidade". A primeira cláusula pode ser conferida imediatamente por uma análise lógica a priori; a segunda só pode ser dada empiricamente e isso talvez leve um tempo indefinido." (1981, 142).

Uma teoria é um programa de pesquisa. A vantagem desta noção sobre a paradigmas é que ela não se refere à "comunidade científica" e, portanto, não julga disciplinas mas, teorias. Lakatos não se preocupa com o contexto sociológico do modelo de Kuhn.

"Shifts"

Uma sucessão de teorias, T_1, \dots, T_n , é possível avaliar empiricamente o progresso representado pela sucessão "shift" de T_i a T_{i+1} pela "logia" seguinte (que pressupõe que T_{i+1} é válida se, entre outras coisas, ela "falsifica" T_i).

... uma teoria científica T só será falsa se outra teoria T' for verdadeira com as seguintes características: (1) T' tem um excesso de conteúdo em relação a T , isto é, prediz fatos novos, a saber, fatos verdadeiros à luz de T ou mesmo proibidos por ela; (2) T' implica no êxito de T , isto é, todo o conteúdo não refutado de T está incluído nos limites de erro observado no conteúdo de T' ...

o meu ver, porém, o modelo dos "programas de pesquisa" é deficiente e muito problemático. Para Lakatos em "shift" é ou "progressivo", ou "regressivo". A diferença é no seu conteúdo empírico. Contudo, não é claro qual o valor deste conteúdo.

Em primeiro lugar, é perfeitamente plausível que T prediga fatos novos à luz de T' e vice-versa (mas não os mesmos fatos, é claro). Neste caso, Lakatos não tem nenhuma sugestão.

Em segundo lugar, parece-me que a noção de "conteúdo empírico" pode ser entendida em termos do "poder descritivo" ou "poder explicativo" de uma teoria (cf. o uso destas noções na discussão anterior). Devido a esta ambigüidade, o termo já é problemático. Ademais, em termos de poder descritivo, é claro que todas as sucessões teóricas desde Aspects (ST) têm sido "degenerative shifts" (isto é, sucessões sem progresso, "inaceitáveis").

Veja-se o comentário de Chomsky:

"It is worth noting that as theories of grammar have become more restrictive over the years ... certain topics ... have in effect been abandoned ..." (1981b:316, nota 6).

Como exemplo, Chomsky oferece o seguinte:

- "(i) [the shooting of the hunters] disturbed me.
- (ii) I was disturbed by [John's driving].
- (iii) [visiting relatives] can be a nuisance.

More recent work has in effect abandoned the attempt to give a principled account of such cases (which were a staple of earlier work) resorting to lexical rules that are hardly more than descriptive statements..." (ibid)

Isto é, muito trabalho produtivo tem sido abandonado em favor de melhores explicações em outras áreas. No mesmo sentido, a AP6 tem deixado vários resultados interessantes da ST para explorar outros tópicos intratáveis pelo modelo transformacional.

"In the early 1970s a number of independent observations and discoveries by Comrie, Keenan, Morgan, Perlmutter, Postal and Ross sparked an ever-growing awareness in the linguistics community that grammatical relations play a central role in the syntax of natural languages..." (Johnson, 1977:153).

Atualmente, a APG está fazendo propostas a respeito da incorporação da nologia e da semântica na teoria (JP). Porém, há muitos anos a teoria nha trabalhando apenas com "cláusulas básicas", justificando o esforço em rmos do "poder explicativo". Isto é, a teoria nasceu com pouco conteúdo rscritivo com relação à ST (prevendo alguns fatos novos, perdendo previsões i outras áreas do "êxito" da ST). Segundo os seus proponentes, no entanto, so ocorre com maior conteúdo explicativo. Portanto, como entenderemos a xção de "conteúdo empírico"?

4. Paradigmas vs. programas de pesquisa

As teorias epistemológicas de Kuhn e Lakatos concordam em aceitar a oção de "progresso científico" como um elemento avaliável e distinguível. iferem em vários pontos, porém, como nas suas áreas mais criticadas:

- 1) Kuhn - o aspecto social da sua teoria é difícil de aplicar com precisão sua conexão lógica com a maturidade de uma disciplina é difícil de ntender.
- 2) Lakatos - a noção de "conteúdo empírico" parece claro à primeira vista, as se torna ambígua e difícil, se não impossível, de aplicar; ela pode eferir-se ao "conteúdo descritivo" ou "explicativo", conceitos logicamente ndependentes.

Pressupondo, no momento, que os problemas da teoria de Kuhn são iuperáveis, rejeito a teoria de Lakatos porque, a meu ver, a noção de 'conteúdo empírico' é imprecisa. Acredito que a 'tese de Duhem-Quine', rejeitada por Lakatos, contém a essência da dificuldade da teoria dos 'programas de pesquisa'. Esta tese diz que:

"... aconteça o que acontecer, qualquer pronunciamento pode ser onsiderado verdadeiro, se fizermos ajustamentos suficientemente drásticos em outros pontos do sistema ... inversamente, nenhum enunciado é imune à revisão." (229)

Tais "ajustamentos" são comuns em qualquer teoria. Eles podem ser úteis ou negativos. O mero fato da sua existência, porém, é um argumento contra

Lakatos. Isto é, qualquer teórico de mente ágil pode explicar contraexemplos à sua teoria e propor alternativas. O ciclo vicioso de crítica e resposta é interminável pelos critérios de Lakatos, especialmente o seu "conteúdo empírico".

Por outro lado, a teoria de Kuhn teria algum mérito se fosse possível modificar sua noção de "comunidade científica". Em vez de aplicar o termo "comunidade" a todos os lingüistas, por exemplo, poderíamos aplicá-lo aos gerativistas ou aos "relacionistas". De fato, Kuhn fez uma mudança nessa direção falando de "escolas" em vez de "comunidades" (1962:219ss). Também, Kuhn diz que:

"... comunidades podem certamente existir em muitos níveis".

Dentro deste contexto, podemos aceitar o trabalho inicial de Chomsky como uma "revolução" que estabeleceu um paradigma, mesmo que houvessem alternativas teóricas existentes lado a lado.

Gostaria de sugerir que o paradigma estabelecido por Chomsky não era um paradigma de transformações, mas sim, um novo quadro racionalista e mentalista "à busca" da UG. Neste sentido, todas as teorias estudadas aqui representam perspectivas diferentes dentro do mesmo quadro geral. Além das anotações e termos diferentes, há uma extensa área de concordância.

3. Conclusão

3.1. Revisão da evolução da teoria gerativa

Façamos uma pequena revisão dos pontos básicos que desenvolvemos neste capítulo a respeito da evolução da teoria gerativa.

Notamos que desde o começo da teoria gerativa-transformacional, em 1957, um dos objetivos principais tem sido o de "equilibrar" o poder descritivo e o poder explicativo da teoria. Isto tem sido realizado, em parte, pelo desenvolvimento de várias condições que atuam nos diversos níveis da gramática.

Por outro lado, certas teorias, tal como a APG (e até um certo ponto a semântica gerativa), começaram a investigar novas possibilidades para abordar os estudos da linguagem, menos afetadas pela ênfase na linearidade inerente na teoria transformacional.

Na realidade esta ênfase na linearidade era apenas um aspecto de um problema maior - a preocupação com as descrições estruturais em geral, baseada num conceito de "estrutura de frases" da sintaxe. Isto foi notado de maneira bastante clara por Hudson (1976:155).

"In every introductory book on transformational - generative syntax, there is an argument for the necessity of transformations that runs something like this: let us assume that the syntactic structure of a sentence should be represented as a labeled bracketing of a string of formatives (or by the theoretically equivalent "phrase marker"). Now the obvious way to generate structural representations of this kind is by means of "phrase-structure" rules. But it can be shown that phrase-structure rules do the job badly, since there are many types of structural relations that they can show only clumsily, if at all. Therefore phrase-structure rules need to be supplemented by some more powerful type of rule to match the kind of structure phrase-structure rules can generate onto the kind we actually need to represent surface structures. Rules of this kind are transformations".

Porém, Hudson continua sua descrição dos problemas de uma gramática baseada em regras de "estrutura-de-frase" por fazer uma crítica bastante séria - ele levanta a possibilidade de rejeitar as próprias pressuposições essenciais de uma teoria deste tipo:

"But what if you don't accept the initial assumption? Clearly, the chain of arguments collapses: if syntactic structures aren't best represented as a labeled bracketing, then phrase-structure rules may not be relevant in generating them, and whatever types of rule are needed may not have the same limitations as phrase-structure rules, so there may be no need to include transformations among the rules..." (ibid)

É interessante observar que no seu desenvolvimento subsequente, a teoria transformacional tem de fato respondido aos tipos de problemas criados por depender demais nas regras de estrutura-de-frase.

Por exemplo, o trabalho nos "sistemas de princípios" (ver capítulo 3) facilita a caracterização de fenômenos importantes de modo diferente das exclusivamente dependentes de noções estruturais como no modelo de Aspects. O próprio Chomsky diz:

"As for the concepts of phrase structure grammar, these were quite natural insofar as their role was understood to be that of determining the phrase markers of (base) grammatical structures. But these devices are surely not appropriate for the specification of such parameters as those just noted (como as línguas "não configuracionais", D.L.E.), and with the development of X-bar theory and other principles of the sort we have been considering it should be clear that the theory of phrase structure grammar has no standing as a component of UG" (1982a:9)

Para ver o tipo de generalização que não pode ser tratado de maneira coerente num quadro de estrutura de frase, mas que é captado naturalmente na R.E.S.T. (rejeitamos este rótulo mais adiante), consideremos as seguintes sentenças (os exemplos são de Heny (1981:6)):

- a. The children said that they were happy.
- b. The children punched each other.
- c. The children tried _____ to swim.
- d. The children seemed _____ to be happy.
- e. Who did the children see _____ ?
- f. The children were happier than their parents were _____ ."

A sublinha representa um "termo dependente" (um "gap" ou item lexical). No modelo de Aspects, cada uma destas sentenças teria sido derivada por uma transformação diferente. Este é o ponto crucial, pois quaisquer generalizações sobre a 'a - f' na teoria padrão dependeriam de fatores estruturais (seja de "input", SD, ou de "output", SC). Porém, não existem semelhanças estruturais entre a-f, pelo menos ao meu ver. Por outro lado, se fôssemos ignorar as condições estruturais sobre transformações e procurar os princípios que relacionam termos dependentes e antecedentes, as generalizações assim estabelecidas supostamente teriam maior validade através das línguas, já que estas superariam o problema da linearidade que

temos mencionado tão freqüentemente. Contudo, isto não quer dizer que as condições estruturais são irrelevantes na teoria atual. Ao contrário,

"The structural properties of sentences need to provide a basis for the definition of these Binding conditions rather than as was previously the case forming the basis for appropriate Structural Descriptions defining the input to Grammatical Transformations" (Heny, op.cit.:10).

Estas mudanças radicais na teoria sintática de Chomsky nos ajudam a compreender por que o próprio Chomsky agora prefere chamar a sua teoria de "Regência-Vinculação" ("Government-Binding" - GB), já que ela não é meramente uma versão revista do modelo de Aspectos. Ela é, em quase todos os seus componentes, uma teoria nova, mas uma teoria dedicada às mesmas metas estabelecidas em Syntactic Structures, Aspects, etc. (cf. 0. do capítulo 2 desta segunda parte).

3.2. Revisão das conclusões epistemológicas

3.2.1. O modelo kuhniano

A minha conclusão é, portanto, que a teoria de Kuhn, embora sujeita a várias críticas severas, nos fornece um heurístico útil e mais atraente do que o modelo de Lakatos. Porém, esta conclusão depende de uma interpretação livre e até meio imprecisa da noção do paradigma (e estou perfeitamente satisfeito em fazer este tipo de interpretação). De fato, acredito que se nós entendêssemos a noção básica do paradigma principalmente como um quadro geral dentro do qual alguns cientistas trabalham, colocando menos ênfase na própria metodologia da experimentação, e mais nas motivações e nas metas desta experimentação, então poderíamos concluir que o modelo de Kuhn é de certo modo "aceitável".

Por outro lado, a escolha entre tais teorias é meio forçada. Isso porque qualquer teoria epistemológica deste gênero parte de algumas pressuposições questionáveis.

3.2.2. Feyerabend

As teorias de Kuhn e Lakatos, por exemplo, possuem várias características em comum. Talvez a mais óbvia delas é a pressuposição básica de que é possível ou desejável avaliar o "desenvolvimento científico" (o que já é uma grande pressuposição em si mesma) em termos de certas regras ou definições do "progresso". Todavia, apesar de estas serem noções muito atraentes para aqueles que acham mais fácil ver tudo "preto ou branco", existe outra perspectiva que nos permitiria conceituar a ciência como um corpo amorfo de opções e possibilidades simultaneamente relevantes. Este ponto de vista, chamado "anarquismo", é de Feyerabend e se baseia parcialmente no valor que possuem as exceções às regras epistemológicas para nos mostrar a inadequação destes sistemas de regras.

"... there is not a single rule, however plausible, and however firmly grounded in epistemology, that is not violated at some times or others. It becomes evident that such violations are not accidental events, they are not results of insufficient knowledge or of inalteration which might have been avoided. On the contrary, we see that they are necessary for progress". (Feyerabend, op. cit.:23).

Segundo Feyerabend, é necessário e bom reconhecer a ciência como uma fonte (sempre em fluxo) de hipóteses, freqüentemente contraditórias, que competem entre si pelo interesse e aceitação do cientista. Portanto, na perspectiva de Feyerabend, a lingüística está bem saudável devido à grande variedade de teorias existentes.

Obviamente, a grande vantagem deste "anarquismo" é a sua simplicidade - a hipótese "nula" de epistemologia. Ela nos libera, num certo sentido, da necessidade de nos preparar com algum tipo de avaliação pelo qual podemos dizer que a teoria x, e não y, representa o progresso científico.

Seria muito além do escopo desta tese investigar mais as propostas de Feyerabend. Menciono-as aqui em passim como uma alternativa às teorias que tentam seriamente avaliar ou entender o progresso científico.

3.2.3. Implicações para a lingüística e para esta tese

Não podemos nos esquecer que o conjunto de todas as variações da teoria

tes da lingüística. Poderia ser que as outras teorias são "apenas" os os do estruturalismo. Mas o fato relevante é que o número de tas que participam no "Generative Enterprise" (Chomsky (1982a)) nem chegue a ser a maioria. Muitos lingüistas excelentes têm dos outros modelos.

minha estimativa, isto não apresenta nenhum problema se nós mos que em todo estágio de nossa pesquisa a coleta de dados (Everett, c.) a metodologia e até os próprios objetivos desta pesquisa (ver - todas as referências, e Botha, 1981) são orientados pelas escolhas oposições epistemológicas. Enfim, cada cientista define ele mesmo sua por que está fazendo isto, o que quer saber? rtanto, acredito que cabe ao pesquisador explicitar tudo isto (pelo ara si mesmo) antes de começar, para que o seu empreendimento seja erente.

ram estas as considerações que me levaram a desenvolver este capítulo i-lo aqui como um parêntese necessário ao nosso estudo.

conclusão geral deste capítulo é que a lingüística não é uma ciência " nos termos de Kuhn.¹⁴ Ela ainda não chegou a determinar quais são s relevantes para melhorar nossa compreensão da GU:

.we have little a priori insight into the demarcation of relevant - that is, into the question of which phenomena bear specifically on icture of the language faculty..." (Chomsky, 1980a:2).

ntanto, precisamos ter cuidado para não ficarmos sérios demais o restringir o campo aos problemas ou soluções "aceitáveis", sabendo ssos interesses individuais podem ser seguidos livremente, bando o privilégio de participar na lingüística. tudo, junto com esta "liberdade" vêm desenvolvimentos encorajadores que temos visto acima.

does seem to me fair to say, however that for the first time in the nd rich history of the study of language, we are now in a position to ch theories that have some of the right properties ... recent nents seem to me to open up new and exciting prospects ..." (Chomsky, 14).

N O T A S

CAPÍTULO I

1. Ver também o trabalho de Partee (1978: capítulo 4), que é apenas uma das várias elaborações do argumento de Chomsky.
2. Ver Chomsky (1957) para uma discussão dos termos "poderoso" e, especialmente, weak generative capacity. Basicamente, o poder de uma teoria consiste no número de gramáticas que seriam aceitáveis por esta teoria. Obviamente, a teoria mais poderosa aceitaria tudo. Mas, justamente por isso, esta teoria não explicaria nada. Discutimos a noção de "explicação" na seção 1.1.2.1.1.2. Na epistemologia chomskyana, procuramos uma caracterização, uma teoria de aprendizagem da linguagem por uma criança. Nossa teoria teria de ter "poder" suficiente para aceitar as gramáticas possíveis mas, ao mesmo tempo, ser suficientemente restrita para rejeitar as gramáticas impossíveis. Como diz Botha (1981:266ss):

"It is the aim of the general linguistic theory to give a characterization of all possible human languages. All possible human languages need not, of course be in current use..."

3. SN = sintagma nominal;
SV = sintagma verbal;
Aux = verbo auxiliar, representa basicamente o tempo.

4. A este respeito ver especialmente, Postal (1964).

5. Botha define a noção de poder explicativo da seguinte maneira:

"To say that a hypothesis has Explanatory Power is a short way of saying that the hypothesis may be used as (part of a) lawlike generalization in an explanation". (ibid:300)

Em outros palavras, é uma hipótese explícita e restrita. Uma hipótese sem restrições não seria explicativa nos termos de Chomsky, porque não nos levaria à formalização da noção da "Gramática Universal", um conjunto de princípios inatos pelo qual a criança adquire sua(s) língua(s) materna(s).

6. URS = Unrestricted Rewrite System (Sistema da Reescrita Irrestrito).
7. Isto porque mesmo o quadro de 1965 era rico demais. Por exemplo, os autores também dizem que,

"...The problem we face is to restrict the options that are available in this narrower but still overly permissive framework, so that we may approach the basic goals of linguistic inquiry ..." (ibid)

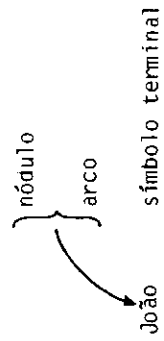
8. Daqui em diante, Chomsky e Lasnik (1977) = CL

9. "Estrato" é semelhante à noção do "estágio derivacional" da ST, mas com algumas diferenças irrelevantes para nossa discussão aqui.

10. A este respeito, seria interessante reconsiderarmos a crítica de Chomsky (1965) já citada sobre a natureza secundária das relações gramaticais (e também os comentários de Chomsky, 1981b:117ss). Num artigo recente, Bresnan diz o seguinte:

"One of the most important issues in current linguistic theory concerns the nature of grammatical relations: are they completely derivative of representations of constituent structure and semantic argument structure, or do they have an independent representation definable in terms of syntactically primitive grammatical functions (e.g. SUBJ, OBJ)? ... there is simply no a priori basis for preferring a structuralist theory of grammatical relations to a theory which employs grammatical functions as syntactic primitives. On the contrary, there appears to be good reasons to prefer the function-based theory ..." (1982:428).

11. Numa rede relacional (ou "R-Graph"), um "Arco" é a linha que liga um símbolo terminal com o nóculo da construção:



12. "A" pode ser igual a "B". Isto é, um arco mantém a relação de "Sponsor" consigo mesmo, pelo menos.

13. "Apagar" é uma noção fonológica. Isto é, $B \implies A$ indica que só "B" terá realização fonológica.

14. Na teoria de Feyerabend nenhuma ciência é madura. Na minha opinião, esta conclusão sobre o "status" da lingüística é, portanto, válida, mas pouco interessante.

CAPÍTULO II

PARA UMA GRAMÁTICA FORMAL

DO PIRANA

CAPÍTULO II

PARA UMA GRAMÁTICA FORMAL DO PIRAHÁ

0. Introdução

No capítulo anterior me referi à teoria chomskiana atual através da rubrica R.E.S.T. (Teoria Padrão Ampliada e Revista). Porém, esta caracterização não é correta. As mudanças dentro da teoria são de uma natureza tão radical quanto a ênfase, ontologia, metodologia etc., que o resultado representa, de fato, uma teoria nova. Esta avaliação corresponde também à percepção de Heny (1981:4):

"At least until very recently it was common for proponents of the theory to refer to it as the (Revised) Extended Standard Theory as if it were no more than a revision of Aspects (Chomsky, 1965). There have indeed been a series of minor changes, with the theory of Aspects as the starting point, and no clear dividing line. But, I want to argue here, what has emerged is a totally new theory."

Dada esta opinião sobre a nova teoria, referir-me-ei ao modelo atual como a teoria de "Regência e Vinculação" (RV, do inglês government and Binding; ver apêndice 2).

O objetivo principal deste capítulo é o de propor e defender uma análise da referência intrasentencial no Pirahã dentro da teoria KV (ver Chomsky, 1981a,b; 1982a,b). Ou seja, como analisar, dentro deste quadro, fenômenos como nos itens (i) a (iii), a seguir:

(i) Reflexivos:

(a) hi hi xibábá
3 3 bateu

"Ele lhe bateu." ou
"Ele se bateu."

(b) t₁ t₁ xibáobá
1 1

"Eu me batí."

(c) g₁ g₁ xibáobá
2 2

"Você se bateu."

(i) Pseudo-Topicalização (onde as letras subscritas indicam referência permitida):

(a) kohoibífhái(i) hí(i) hí_{(j)} xibáobá
nome próprio

"Kohoibífhái lhe bateu."

se

(b) kohoibífhái(i) xabagi(j) hí(i) hí(j) xibáobá
nome próprio

"Kohoibífhái bateu em Xabagi."

* (c) kohoibífhái(i) xabagi(j) hí(j) hí(i) xibáobá

"Xabagi bateu em Kohoibífhái."

(iii) Co-referência complexa:

(a) kohoibífhái(i) hí(i) xabagi(j) hí(j) xibáobá

"Kohoibífhái bateu em Xabagi."

* (b) kohoibífhái(i) hí(j) xabagi(j) hí(i) xibáobá

"Xabagi bateu em Kohoibífhái."

O segundo objetivo deste capítulo é propor uma sugestão inicial relativamente didática para a apresentação de uma análise dos vários níveis sintáticos de uma determinada língua dentro do quadro atual. Este objetivo relevante, acredito eu, dada a falta de material didático para aquele interessado em usar e avancar a teoria RV no estudo de línguas indígenas por esta razão, incluo tratamentos breves sobre a morfologia, o léxico e as regras categóricas do pirahã.

Três comentários devem ser feitos a este respeito antes de iniciar nossa discussão. Primeiro, já que não pretendo apresentar uma análise detalhada da morfologia etc., mas sim um levantamento geral e didático (com a exceção do estudo mais profundo dos verbos) do componente de base do pirahã, o leitor talvez se sinta frustrado porque certas propostas não são defendidas adequadamente ou não são exploradas suficientemente. As únicas soluções que vejo são: (i) dobrar o tamanho deste capítulo; ou (ii) simplesmente omitir estas discussões, o que eliminaria a possibilidade de propor um guia para apresentações dentro da teoria. Rejeito estas opções por esperança de que o leitor possa achar a apresentação útil e não se concentre em omissões de certos pontos relativamente supérfluos aos objetivos gerais.

Também acho necessário dizer algo sobre as regras categóricas propostas mais adiante. Atualmente, como vimos no capítulo anterior (e veremos novamente na seção 1.2.2.1.) a teoria está num estágio intermediário em que as regras categóricas de Aspects são rejeitadas como parte da gramática universal. Mas as teorias do léxico, X', etc. não são desenvolvidas suficientemente para apresentar a informação contida nestas regras de um forma coerente. Não entrarei aqui em nenhuma discussão sobre estas subteorias, apenas avisando o leitor que tais desenvolvimentos são previstos e necessários.

Por exemplo, na seção 1.2.2.1., abaixo, menciono regras como S → S CON SV; S → SS; etc. Não está claro como a informação representada por tais regras poderia ser derivada por princípios categóricos (embora haja sugestões como o "princípio de projeção ampliado" de Chomsky, 1982b, que diz que toda sentença tem um sujeito). É óbvio que o estatuto metateórico de uma regra como S → SN CON SV é diferente de uma regra como SV → Complemento, derivada trivialmente do léxico e da teoria X'. Porém, nesti

trabalho não pretendo explorar mais esta distinção. As duas regras serão tratadas como o mesmo tipo de elemento.

Finalmente, gostaria de falar um pouco sobre a organização deste capítulo. Ao invés de colocar o problema central, a referência, logo no início, comecei a discussão com a apresentação do "componente de base". Isso reflete meus objetivos didáticos e espero que não dificulte a leitura. De fato, a discussão sobre os fenômenos de referência pressupõe um conhecimento das regras de base.

1. O componente de base de uma gramática do pirahã

1.1. Introdução

Em Chomsky (1965), o componente sintático da gramática foi caracterizado em função de dois sub-componentes principais: (i) o "componente de base"; e (ii) o "componente transformacional".

Em trabalhos recentes (especialmente Chomsky (1982b)), o léxico tem recebido uma posição mais independente, agora considerado distinto da base (e das regras categóricas da teoria antiga, cf. a discussão na seção anterior). Ademais, o próprio componente transformacional tem sofrido, ele mesmo, várias modificações drásticas.

Da seção 1.1.2.1. do capítulo anterior, lembramos que atualmente duas perspectivas (Chomsky (1982b)) são distinguidas no estudo da gramática. A primeira destas perspectivas a ser considerada neste capítulo é o "sistema de regras" que consiste principalmente nos componentes mencionados acima e dos componentes "interpretativos" (a fonologia e a forma lógica). A segunda consiste nos "subsistemas de princípios" (ver a seção 1.1.2.2. do capítulo anterior e a última seção deste capítulo).

Chomsky (1982b) representa o sistema de regras como:

- A. Léxico
- B. Sintaxe $\left\{ \begin{array}{l} \text{(i) Componente de base} \\ \text{(ii) Componente transformacional} \end{array} \right.$
- C. Componentes Interpretativos $\left\{ \begin{array}{l} \text{(i) FF (Forma Fonética)} \\ \text{(ii) FL (Forma Lógica)} \end{array} \right.$

Como mencionamos acima, e como se vê nas discussões que se seguem, a conceituação atual dos itens de A - C, acima, é diferente da de Aspects.

Por exemplo, no caso do léxico, a mudança mais importante é o princípio de "marcação temática (θ)" pela qual verbos (etc.) são subcategorizados em função dos papéis temáticos que atribuem aos seus complementos. Vinculado a esta noção de marcação θ está o chamado "princípio de projeção". Este princípio diz que:

"...the θ marking properties of each lexical item must be represented categorically at each syntactic level: at LF, S-Structure, and D-Structure" (Chomsky (1982b:6)).

Podemos ver as consequências deste princípio em exemplos como (i) (a) e (b):

(i) (a) Quem foi persuadido a comprar a blusa?

(b) [Quem_i] [foi persuadido v_i] [PR_{0i} comprar a blusa]¹

O léxico nos diz que o verbo 'persuadir' θ -marca (é subcategorizado para) um objeto SN e um complemento clausal. Isto é, 'persuadir' atribui um papel temático na posição à sua direita, segundo o princípio de marcação θ . O princípio de projeção diz que isso é mantido também na estrutura - S. Logo, a presença de v no caso (i) (b), co-indexado com 'quem', é uma consequência deste princípio (independente de outros princípios relevantes

aos vestígios). Chomsky (1982b) diz que este princípio pode ser ampliado para exigir que toda sentença tenha um sujeito (o EPP 'princípio de projeção ampliado'). Isto explicaria a presença de PR0 em (b). Os índices (i) em (b) são derivados através do movimento e da "teoria de controle" (ver terceira seção, abaixo).

Quanto à modificação radical na teoria RV em relação às regras categóricas mencionadas anteriormente,

"In earlier work, it was assumed that D-structure [was] determined by rewriting rules of the base as in (4):

(4) (i) S → NP INFL VP

(ii) VP → V NP S'

We now ask how much of (4) must actually be specified in the grammar". (Chomsky (1982b)).

Chomsky continua por argumentar a favor da eliminação das regras da estrutura-de-frase na gramática. Seus argumentos são baseados no fato de que, dada a teoria da sintaxe X' (descrita brevemente, abaixo) e o princípio de projeção, as regras categoriais devem ser deduzíveis sem a necessidade de estipular a sua forma exata de cada categoria frasal (cf. a conclusão do capítulo dois e a introdução deste).

O argumento da sintaxe X' deriva das seguintes pressuposições. Segundo Jackendoff (1977:5), a pressuposição básica da sintaxe X' é que:

"... the theory of grammar must include a way to refer to more than one syntactic category, using a single term of the structural description of a grammatical rule".

Isso que dizer que devemos procurar um esquema-regra que caracterize as relações básicas entre núcleos de construções e os seus complementos através das categorias frasais. A "convenção X'" (do trabalho importante de Chomsky (1970)) facilita estas "generalizações transcategoriais" (cross-categorical generalizations; cf. Jackendoff (1977), e seção 1.2., abaixo. Esta tradução foi sugerida por Mary Kato, comunicação pessoal.).

De qualquer modo, apresento uma lista de regras na próxima seção cuja informação necessária para um entendimento rudimentar

de configurações sintáticas no pirahã. Como foi mencionado várias vezes, o estatuto destas regras (mas não a informação expressa por elas) é nulo como elemento da gramática universal.

1.2. Regras categoriais

1.2.1. Introdução à sintaxe X'

No início de seu trabalho pioneiro sobre o assunto, Jackendoff (ibid) discute o ímpeto principal à teoria da sintaxe X'. Isso foi a "Hipótese Lexicalista" desenvolvida primeiro por Chomsky (1970) - de palestras dadas no MIT, em 1967. A observação básica deste trabalho é de que o complemento de certas formas, particularmente os nominais "derivados" (como 'destruição', 'prova' etc.) e verbos, tem certos traços em comum que parecem indicar que estas formas têm uma base comum no léxico. Portanto, uma generalização mais "significante" poderia ser "captada" se fosse possível nos referir às categorias léxico-sintáticas em termos de variáveis, especificando o que Chomsky chama de "projeções" das categorias lexicais por linhas superscritas. Portanto, a categoria nominal, N, teria pelo menos uma projeção N' (SN da teoria antiga). Uma categoria verbal, V, também teria pelo menos a projeção V', etc. Já que as relações entre nomes, verbos, adjetivos etc. e seus complementos são (geralmente) as mesmas, podemos reduzir as regras de reescrita a uma categoria variável, Xⁿ (em que n = 3, na teoria de Jackendoff, 1977).

Além das implicações que este tratamento teria para as generalizações transcategoriais, a noção de X' é importante na medida em que nos permite postular e estudar categorias intermediárias. Ver a discussão de Radford (1981:99), por exemplo:

"Within Phrase Structure Syntax, only two types of category are recognized: viz.

- (i) Lexical categories like N, V, P, A, ADV, Q, AUX, DET etc.
- (ii) Phrasal categories like NP, VP, PP, AP, ADVP, AP, S etc.

In particular, there are no immediate categories larger than the word but smaller than the phrase..."

Radford mostra que certos elementos que não seriam considerados constituintes no modelo de Aspects de fato, funcionam como constituintes em

certas construções (ver o trabalho dele para uma discussão mais detalhada). Embora seja muito difícil explicar tais fenômenos na teoria de Aspects, eles são completamente naturais dentro da teoria X', já que cada categoria lexical teria as seguintes projeções (possíveis, mas não obrigatoriamente realizadas em cada língua): X, X', X'', X'''. Note-se, por exemplo, que o X' é especialmente difícil de caracterizar na teoria anterior.

Ademais, esta teoria faz certas previsões interessantes. Ela prevê, por exemplo, que onde a relação entre complementos e núcleos de frases não continua a mesma através de todas as categorias principais, a categoria irregular é marcada em relação à "Gramática Universal". Como se verá abaixo, esta previsão é válida em relação à violação dos universais tipológicos propostos por certos linguistas quanto à ordem idiossincrática dos constituintes do sintagma nominal ("idiossincrática" em relação às demais categorias do pirahã. Devo dizer também, que não pretendo relacionar a GU com a tipologia e os universais de Greenberg; porém, é interessante notar quando os dois sistemas fazem as mesmas previsões.).

1.2.2. Regras categoriais, generalizações X' e implicações tipológicas

1.2.2.1. Regras categoriais do pirahã

Como se vê na discussão anterior, a informação estrutural previamente fornecida pelas regras categoriais continua importante na teoria, mas derivável de outros componentes da gramática. Por exemplo, ao reconhecer distinções "paramétricas" entre as línguas humanas (e.g. línguas tipo X' vs. línguas tipo W*, cf. o apêndice 2) a informação necessária para gerar as configurações sintáticas será determinada pelo "parâmetro" básico selecionado, as características de itens lexicais e, no caso das línguas tipo X', pelos princípios da teoria X' (ver a discussão da última seção).

Em outros palavras, a "fonte" desta informação ainda faz parte da gramática universal, embora seja de natureza diferente. Qualquer teoria da língua pirahã, uma língua X', será obrigada a providenciar a informação dada pelas regras que se seguem. Porém, mais uma vez, quero destacar a posição extremamente precária deste tipo de regra na teoria atual.

Nossa intenção aqui é apresentar apenas uma amostra das regras de estrutura de frase, assinalando as mais importantes para a discussão mais adiante.

Começando com as regras mais inclusivas, precisamos de alguma regra para gerar estruturas topicalizadas como:

(1) paigí hi ob -áaxáí paigí
 nome próprio 3 ver-intensivo nome próprio
 (sujeito) (tópico)

"Paigí sabe muito, Paigí."

(2) hi hi xogi -baí xaóí tíhí
 3 3 querer-intensivo estrangeiro casta.
 (sujeito) (objeto) (tópico) (tópico)

"Os estrangeiros, eles gostam muito de as, isto é, castar

Pelo presente, irei pressupor que tais estruturas são regra como:

(1) S' → S' Tópicoⁿ (n ≤ 2)

As configurações descritas por (1) podem sofrer a "Mova-" (cf. seção 3.3., abaixo) o que resulta em sentenças

(3) (a) xoogíáí ti hi xib -áo
 nome próprio 1 2 bater-télico
 (tópico) (sujeito) (objeto)

-b -á

-perfectivo-remoto

"Quanto a Xoogíáí, eu bati nele."

ANIMALS

Português

anta

arara

cachorro

capivara

cobra

cuati

cutia

fêmea

galinha

gato

jacaré (esp.)

jacaré (esp.)

lontra

macaco

macho

maracajá

morcego

onça pintada

certas construções (ver o trabalho dele para uma discussão mais detalhada). Embora seja muito difícil explicar tais fenômenos na teoria de Aspects, eles são completamente naturais dentro da teoria X', já que cada categoria lexical teria as seguintes projeções (possíveis, mas não obrigatoriamente realizadas em cada língua): X, X', X'', X'''. Note-se, por exemplo, que o X' é especialmente difícil de caracterizar na teoria anterior.

Ademais, esta teoria faz certas previsões interessantes. Ela prevê, por exemplo, que onde a relação entre complementos e núcleos de frases não continua a mesma através de todas as categorias principais, a categoria irregular é marcada em relação à "Gramática Universal". Como se verá abaixo, esta previsão é válida em relação à violação dos universais tipológicos propostos por certos linguistas quanto à ordem idiossincrática dos constituintes do sintagma nominal ("idiossincrática" em relação às demais categorias do pirahã. Devo dizer também, que não pretendo relacionar a GU com a tipologia e os universais de Greenberg; porém, é interessante notar quando os dois sistemas fazem as mesmas previsões.).

1.2.2. Regras categoriais, generalizações X' e implicações tipológicas

1.2.2.1. Regras categoriais do pirahã

Como se vê na discussão anterior, a informação estrutural previamente fornecida pelas regras categoriais continua importante na teoria, mas derivável de outros componentes da gramática. Por exemplo, ao reconhecer distinções "paramétricas" entre as línguas humanas (e.g. línguas tipo X' vs. línguas tipo W*, cf. o apêndice 2) a informação necessária para gerar as configurações sintáticas será determinada pelo "parâmetro" básico selecionado, as características de itens lexicais e, no caso das línguas tipo X', pelos princípios da teoria X' (ver a discussão da última seção).

Em outros palavras, a "fonte" desta informação ainda faz parte da gramática universal, embora seja de natureza diferente. Qualquer teoria da língua pirahã, uma língua X', será obrigada a providenciar a informação dada pelas regras que se seguem. Porém, mais uma vez, quero destacar a posição extremamente precária deste tipo de regra na teoria atual.

Nossa intenção aqui é apresentar apenas uma amostra das regras de estrutura de frase, assinalando as mais importantes para a discussão mais adiante.

Começando com as regras mais inclusivas, precisamos de alguma regra para gerar estruturas topicalizadas como:

- (1) paigí hi ob -áaxáí paigí
 nome próprio 3 ver-intensivo nome próprio
 (sujeito) (tópico)

"Paigí sabe muito, Paigí."

- (2) hi hi xogi -baí xaóí tihí
 3 3 querer-intensivo estrangeiro castanha
 (sujeito) (objeto) (tópico) (tópico)

"Os estrangeiros, eles gostam muito de as, isto é, castanhas."

Pelo presente, irei pressupor que tais estruturas são geradas por uma regra como:

- (I) S' → S' Tópicoⁿ (n ≤ 2)

As configurações descritas por (I) podem sofrer a transformação "Mova-" (cf. seção 3.3., abaixo) o que resulta em sentenças como:

- (3) (a) xoogíái ti hi xib -áo
 nome próprio 1 2 bater-télico
 (tópico) (sujeito) (objeto)

-b -á
 -perfectivo-remoto

"Quanto a Xoogíái, eu bati nele."

No exemplo 3 (a), o tópico, xoogiái, é coreferente com o objeto direto hi. Quero sugerir que a estrutura profunda do exemplo 3 (a) seja o 3 (b):

(b) $\left[\begin{array}{c} S'' \\ S' \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} [ti] \\ [hi\ xib-áo-b-á] \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} [xoogiái] \end{array} \right]$

Por outro lado, não considero sentenças como as do exemplo 4 e 5 casos de topicalização:

(4) tiobáhai hi bigí kaob-á
criança 3 terra cair-remoto
(sujeito)

"A criança caiu para a terra."

(5) kaió hi xaopí -koí
nome próprio 3 zangado-enfático
(sujeito)

"Kaió está zangado."

As razões pelas quais não analisei os exemplos 4 e 5 como estruturas topicalizadas serão esclarecidas no decorrer da discussão na seção 3.3.

Devo dizer que a análise que estou propondo aqui discorda da análise apresentada no primeiro capítulo (cf. a seção 9). Porém, aquela análise reflete uma decisão tomada sem referência alguma à teoria de RV (uma restrição imposta pelos objetivos do capítulo; veja-se a introdução à tese).

Além do mais, esse tratamento anterior só menciona casos em que há marcação fonológica do tópico. Em muitas construções da forma nomeⁿ pronomeⁿ verbo (n 2) não existe, por exemplo, pausa especial entre o(s) nome(s) e o(s) pronome(s). Diacronicamente, como menciono abaixo, é possível que todos esses exemplos fossem topicalizados. Sincronicamente, há muita evidência (ver abaixo) a favor do tratamento dalguns (pelo menos) destas estruturas como não marcadas. Por exemplo, uma das formas mais comuns é o que chamo de nao-marcadas como na "A conclusão portanto é de que é possível

interpretar uma frase do tipo(i) como topicalizado ou não topicalizado conforme a marcação fonológica.

(i) (a) xoogiái / hi xobáaxai (em que '/ = pausa)

"Xoogiái, ele sabe muito."

(b) xoogiái hi xobáaxai

"Xoogiái sabe muito."

Ademais, existem várias restrições sobre o movimento do tópico que não são discutidas aqui, já que vão muito além do escopo deste trabalho. Para uma discussão da justificativa teórica do nóculo S" na teoria (ou pelo menos da natureza da relação entre o tópico e o resto da sentença) ver Chomsky (1977a).

(II) S' → S COMP

Eventualmente, um tratamento do pirahã teria que incluir uma discussão do nóculo COMP (ver apêndice 2). Isso porque dadas as pressuposições da teoria sobre movimento, interpretação lógica etc., a noção de COMP é extremamente importante (ver, por exemplo, Bresnan (1970); Chomsky (1973); Chomsky (1977a); e outros).

Embora tenha algumas hipóteses (por exemplo, que o nominalizador -sai, o sufixo temporal -so e, talvez, a partícula interrogativa híx estejam relacionados com o nóculo COMP no pirahã), estas são apenas especulações no momento. Portanto, a questão sobre o estatuto da regra S' → ... fica em aberto por enquanto.

Há várias regras relacionadas ao nível sentencial, S → Estas não são especialmente importantes para o problema central deste capítulo, mas são listadas abaixo para que o leitor possa "sentir" um pouco melhor a estrutura geral da língua.

(III.) S → S S partícula (cf. a seção 8 da primeira parte)

Exemplos de sentenças geradas pela regra (III) são:

(6) tiobáhai xaitánóí kaginí xaitánóí piáii
criança dormir esposa dormir também
(partícula)

"As crianças dormem e (sua) esposa dorme também."

(IV) S → S hoagá S

(7) hi toio xaagá hoagá (hi) xopaohoi-baí
3 velho ser contraexpectativo (3) trabalhar-intensivo

"Ele é muito velho mas assim mesmo (ele) trabalha muito."

No exemplo 7, o elemento pronominal hi da segunda cláusula é facultativo. Neste caso, hoagá parece ter a função de subordinar a cláusula posterior à anterior. Ver as seções 8 e 21 do primeiro capítulo.

(V) S → SS

(8) kohoibíhai gáta bogáá xai
nome próprio alumínio vir fazer

hi gáta gaigááhoihai
3 alumínio começar a amarrar

"Kohoibíhai venha fazer (o) alumínio,
começa a amarrar (o) alumínio!"

A regra (V) gera as estruturas paratáticas.

Uma pergunta possível sobre as regras de S → ... , acima, é por que não combiná-las num esquema só?

O problema que resultaria, ao meu ver, é uma confusão entre as sentenças semântica e pragmaticamente distintas.

A (III) gera estruturas que representam a continuação de uma só idéia ou tipo de informação; a (IV) gera estruturas onde o segundo constituinte é semanticamente subordinado ao primeiro; a (V) gera estruturas cuja função é normalmente a de aumentar a força ilocucionária de um enunciado (cf. a seção 9 do primeiro capítulo).

Outra regra que precisa ser discutida é a regra (VI):

(VI) S → N''' FLEX V''' (cf. INFL no apêndice 2)

Porém, já que a (VI) pressupõe certos conceitos teóricos não introduzidos ainda neste capítulo, e já que também implica numa definição de N''' e V''' no pirahã, a argumentação e explicação desta regra é dada na seção 3.3., abaixo, na discussão da teoria de EV.

Quanto à estrutura da locução verbal, esta será discutida na seção 3.3., uma vez que ela é melhor entendida dentro do quadro teórico que apresento nessa seção. Habilitação Linguística, texto 2 em Kaiwá.

As demais regras são relativamente simples, sendo trivialmente deriváveis dos "quadros de subcategorização" apresentados na seção 1.3.2., abaixo. Assim mesmo, elas são listadas abaixo para facilitar a discussão do ponto 1.2.2.2. sobre as generalizações (e exceções) da teoria X' e certas implicações tipológicas.

(VII) Vⁿ → Complemento Vⁿ⁻¹

Ver as seções 3.3.4. e 3.3.5., abaixo, para uma discussão detalhada do sintagma verbal no pirahã.

(VIII) Pⁿ → N''' Pⁿ⁻¹ (1 ≤ n — 3 ?)

Esta regra deixa em aberto a questão de quantas "barras" tem a projeção máxima de P. Segundo os dados disponíveis (ver seção 17 da primeira parte), não é necessário mais de uma projeção, P'. Porém, já que isto não corresponderia aos sintagmas verbal e nominal, deixo em aberto também a possibilidade de P'' ou P''', pressupondo a argumentação de Jackendoff (1977) a favor da postulação destas projeções.

(IX) (a) N'''' → N''' Det

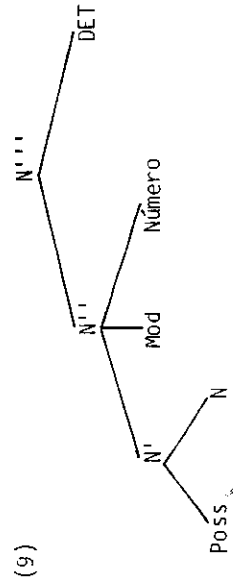
(b) N'' → N' Modificador Número

(c) N' → Poss N

A regra (IX) caracteriza alguns fatos extremamente intrigantes sobre a locução nominal do pirahã (e também na maioria das línguas amazônicas já que quase todas manifestam a mesma ordem de constituintes na locução nominal (D. Derbyshire (comunicação pessoal))).

A primeira pergunta que se faz sobre a regra (IX) envolve as diferenças na ordem linear dos constituintes entre N' e N''/N'''. N'' e N''' manifestam uma ordem diferente das demais locuções. Voltarei a falar sobre isto mais adiante (cf. 1.2.2.2.).

A segunda observação importante sobre a regra (IX) vem do item (c), a "violação" da ordem das demais projeções de N (que é, em relação às demais locuções, a forma não marcada). Basicamente, quero dizer que um sintagma nominal teria uma estrutura como:



Esta hipótese representa uma compilação de várias locuções. Isso porque a língua não permite encadeamentos complexos ao nível locucional (cf. seção 15 da primeira parte para maior discussão e exemplificação).

A maioria das locuções com mais de dois constituintes será interpretada por expressão equativa, como no próximo exemplo:

(10) xibaihóixoi kahi ogí -koí hóihio
 nome próprio cesta grande-enfático dois

(i) "Xibaihóixoi (tem) duas cestas grandes."

? (ii) "Duas cestas grandes de Xibaihóixoi."

Nesse exemplo, (i) é a tradução preferida com (ii) sendo aceitável (ou pelo menos entendível) por alguns falantes. Porém, acredito que a evidência favorece a colocação de 'poss' dentro de N'. Semanticamente, qualquer interpretação nas construções como a do exemplo 10, ou se considera o caso inteiro como um só constituinte, ou se interpreta o complemento à direita do núcleo como uma proposição sobre ela. Teoricamente, a motivação para postular uma estrutura como a do exemplo 9 é relativamente forte. Ver seção 1.2.2.2. abaixo para uma discussão sobre o assunto.

Outros exemplos de N'''' são:

(11) kabogãohoi bífisi hóihio gáihí
 tambor/tanque vermelho dois demonstrativo(remoto)

"Aqueles dois tambores vermelhos."

(12) taísi glísai
 machado demonstrativo (próximo)

"Este machado."

1.2.2.2. Generalizações X' e implicações tipológicas

Como foi mencionado, acima, a única exceção ao esquema X'' → Complemento X' é a regra (IX), o sintagma nominal. Isto é uma exceção, um fenômeno marcado, na teoria X'. Acontece também que isto corresponde a certos "universais tipológicos". Por exemplo:

"Lehmann's Structural Principle of Language: Modifiers are placed on the opposite side of a basic syntactic element from its primary concomitant." (citado em Kuno (1978:82)).

Na terminologia de Lehmann, o "concomitante principal" é o verbo. Logo, já que o verbo ocorre à direita no pirahã (uma língua S O V), os modificadores (e os demais complementos das outras categorias locucionais) devem ser colocadas à esquerda do núcleo - mas, como já vimos, isto não é o caso com os adjetivos descritivos nas locuções nominais mas somente com 'poss'. Isto quer dizer que a locução nominal é marcada tanto em relação à teoria X' quanto aos chamados "universais" das línguas humanas.

Por outro lado, a ordem dos constituintes dentro do complemento do sintagma concorda com uma previsão de Greenberg:

"Greenberg's Language Universal 19: When the general rule is that the descriptive adjective follows, there may be a minority of adjectives which usually precede..." (em Kuno (ibid)).

Veja-se também:

"Greenberg's Language Universal 20: When any or all of the items - the demonstrative, numeral, and descriptive adjective precede the noun, they are always found in that order. If they follow, the order is either the same or its exact opposite (ênfase minha, D.L.E.)" (ibid).

No pirahã a ordem dentro do complemento é o oposto exato: modificador, número e demonstrativo. Dadas estas afirmações de Lehmann e Greenberg, vemos como há previsões compatíveis na teoria X' e na tipologia sintática.

Mas em relação ao nóculo 'poss' de N' no pirahã, e ao universal 19 de Greenberg, acima mencionado, seria muito interessante procurar uma "explicação" teórica ou, pelo menos uma previsão da teoria sobre o porquê de alguns constituintes poderem ocorrer à esquerda quando a maioria ocorre à direita. Quais são esses constituintes? Qual é a natureza ou a característica básica da relação entre ele(s) e o núcleo da locução?

Note-se que 'poss' é sempre preenchido por um elemento nominal. Note-se também que nas outras locuções, P... e Y...', o elemento nominal também ocorre à esquerda do núcleo.

Gostaria de dizer que isso é explicável em função do "filtro de caso" de Chomsky (1981b) (ver apêndice 2 e a seção 3.3., abaixo).

Sem entrar nos detalhes da teoria do caso aqui (cf. seção 3.3.), a idéia básica é que o núcleo da locução, P, V ou N, atribui caso a um elemento nominal que "rege" (ver apêndice) e qualquer elemento nominal sem caso é agramatical.

No sintagma nominal o elemento nominal em 'poss' tem que receber caso. Isso implica em que a cabeça de N'', N, rege 'poss'. Uma hipótese inicial é que a ordem 'poss N' é estabelecida por analogia com as demais construções de caso. Ou seja, já que os adjetivos descritivos ocorrem numa ordem marcada, como explicaremos os elementos como 'poss' (a "minoria dos adjetivos" no princípio 19 de Greenberg) que continuam na ordem não marcada? Por quê é que alguns constituintes são marcados outros não? Esperar-se-ia encontrar uma explicação geral para esse fato, de que no pirahã aparentemente a atribuição de caso depende de "regência" (cf. seção 3.3.) e linearidade.

Acho relevante que embora a teoria gerativa e a tipologia sintática façam algumas previsões quase idênticas, é só a teoria que oferece alguma explicação dos fenômenos como 'poss'.

1.3. 0 Léxico

1.3.1. Classes básicas de palavras no pirahã

Como foi notado na seção 23.2. da primeira parte, as classes básicas de palavras no pirahã são: nomes, pronomes, posições, partículas, modificadores e verbos. Na seção que se segue apresentarei algumas observações sobre os "quadros de subcategorização" (cf. Akmajian e Heny (1975) e Baker (1978) destes elementos. Outra informação necessária para o léxico (como as "restrições seletivas") não será discutida neste trabalho. Em sua maior parte, a subcategorização proposta corresponde às regras categóricas. Por outro lado, há algumas exceções (como os pronomes presos e os modificadores) no sentido de que a subcategorização destes elementos representa certas generalizações que parecem espalhadas nas várias regras categóricas (ou seja, numa forma que perde a generalização sobre a natureza da classe).

1.3.2. Subcategorização

O que pretendo pelo termo "subcategorização" é basicamente a informação lexical que diz onde uma determinada entrada do léxico pode ser inserida numa estrutura profunda. Na teoria atual, diz-se que um elemento subcategoriza uma posição. Através desta noção, um elemento lexical marca cada posição que a subcategoriza por uma "função temática" ("agente", "paciente" etc.; ver apêndice e a seção 3.3.).

Voltando a refletir um pouco sobre a natureza epistemológica da nossa teoria, a subcategorização abaixo não reflete o diálogo. No diálogo, por exemplo, vários elementos, especialmente os substantivos e os verbos, podem ocorrer separados de um contexto maior como respostas a perguntas. Por exemplo, pressupondo o diálogo, poderíamos subcategorizar o verbo 'bater' no seguinte quadro:

- (13) bater [Verbo] + $\left[\begin{array}{c} \text{---} \\ \text{SP} \\ \text{(em)} \\ \text{pronomes} \\ \text{indiretos} \end{array} \right]$

O símbolo + 'mais ou menos' implica na possibilidade de observar 'bater' numa situação como a do exemplo seguinte (estamos falando aqui exclusivamente de ???s com realização fonológica. A possibilidade de ter "Categorias vazias" em (14b) não ?? (sendo dissentido aqui embora eventualmente seja crucial):

- (14) (a) João bateu em Sérgio?
(b) Bateu (sim).

Além do mais, na teoria atual, o verbo subcategoriza a relação θ do sujeito (o que não é evidente no exemplo 13). Desta forma, certos verbos atribuem uma função temática ao seu sujeito e outros não.

Por exemplo, 'bater' atribui a função temática de 'agente' ao seu sujeito. Portanto, o quadro de subcategorização completa de bater incluiria a informação seguinte:

- bater [Verbo] + SN $\left[\begin{array}{c} \text{---} \\ \text{SP} \\ \text{(em)} \\ \text{pronomes} \\ \text{indiretos} \end{array} \right]$

Um verbo como 'parecer', por outro lado, não atribui nenhum papel temático ao seu sujeito e, portanto, requer o uso da regra de alçamento ou a inserção de um elemento mudo em línguas não pro-drop como inglês ('it', 'there') ou francês ('il') (ver apêndice e Chomsky (1982b)).

Na discussão abaixo, não entro numa discussão sobre as propriedades de "marcação - θ " dos itens lexicais. Destacaria aqui, porém, o fato de que estas propriedades são cruciais e dependem da subcategorização e outras características lexicais. Futuros estudos terão de levar em conta estas noções, embora a intuição etc. da língua exigida para entendê-las é muita.

1.3.2.1. Nomes 4

Basicamente, os nomes são distinguidos dos pronomes na teoria atual por certos traços tipológicos (cf. Chomsky (1982b)). Na análise do pirahã que proponho mais adiante, cada elemento nominal será ou [+ expressão R] ou [- expressão R]. Em termos tradicionais, nomes são [+ expressão R] e pronomes [- expressão R]. Já que todos os elementos [+ expressão R] se comportam da mesma maneira quanto a sua inserção na estrutura profunda, não há nenhuma subdivisão que dependa da subcategorização. Portanto, no léxico será necessário dizer apenas quais são os elementos [+ expressão R]. A inserção destes elementos será basicamente livre conforme as condições das teorias de Caso, regência etc.

1.3.2.2. Pronomes

Esta classe de elementos é marcada pelo traço sintático, [- expressão R] (cf. a discussão da seção 3.3.). Como foi o caso dos elementos [+ expressão R], a inserção dos elementos [- expressão R] é 'livre', conforme as exigências das teorias de caso, regência etc. A divisão básica entre estes elementos distingue entre

os "pronomes imperativos" e os não imperativos (cf. seção 11 da primeira parte).

1.3.2.3. Pósposições (ver seção 17 da primeira parte)

Basicamente, as expressões pósposicionais são subcategorizadas [+ pósposição], + [N''' (V'')]. Como nas expressões [+ expressã R], porém, não há nenhuma subdivisão nesta classe. Portanto, a inserção destes elementos na estrutura profunda será determinada pelos subsistemas de princípios (cf. o capítulo anterior e a discussão mais adiante).

1.3.2.4. Partículas (ver seção 21 da primeira parte)

Ao contrário das classes lexicais mencionadas acima, existem várias distinções entre os elementos desta classe que não são "captáveis" pelas subteorias. Isto é, precisamos estipular a informação idiossincrática de cada item. Este tipo de informação provém, neste caso, da subcategorização.

hoagá "contraexpectativo" [+ partícula] + $\left\{ \begin{array}{l} [(S) \text{---} S] \\ [\text{---} V''] \end{array} \right\}$

Segundo o quadro de subcategorização deste elemento, ele pode ser inserido (i) entre duas sentenças; (ii) antes de uma sentença; ou (iii) dentro de V''' (antes de V''). (Cf. o segundo capítulo da primeira parte para exemplos e discussão das partículas, e seção 3.3., abaixo, para uma discussão detalhada do sintagma verbal.)

píaij "conjunção" [+ partícula] + $\left\{ \begin{array}{l} [SS \text{---}] \\ [\text{---} V''] \\ [(N''')N'' \text{---}] \end{array} \right\}$

Para esta e as demais partículas, ver a discussão das partículas do capítulo 2 da primeira parte.

ko "vocativo" [+ partícula] + [___ N''']

xapaf

"precedência temporal"

[+ partícula] + $\left\{ \begin{array}{l} N''' \\ [- \text{expressão K}] \end{array} \right\}$ (V''')

gaaba

"sucessão temporal"

1.3.2.5. Modificadores

Esta classe tem algumas divisões internas devido a restrições selecionadas (por exemplo, quais os modificadores que podem acompanhar nomes contáveis, nomes não contáveis etc.). Uma gramática formal completa teria que especificar estas restrições. Além disso, a inserção destes elementos seguirá o quadro:

[+ modificador] + $\left\{ \begin{array}{l} [\text{---} V''] \\ [N' \text{---}] \end{array} \right\}$

1.3.2.6. Verbos (ver seção 18 do primeiro capítulo)

Na subcategorização dos verbos, [N''' ___] indica-se que o verbo é transitivo, [___] intransitivo. Certos verbos, porém, são interessantes na medida em que as traduções mudam radicalmente dependendo da sua transitividade.

Por exemplo, o verbo xoab - "morrer" é subcategorizado [+V], + [SN ___]. Quando inserido numa estrutura [SN ___], sua tradução seria "matar". Mas quando inserido em [___], a tradução é "morrer".⁶

O verbo kapiigakaga "estudar" parece vir de uma expressão semelhante a

"fazer/mexer com papel". Porém, quanto ao seu comportamento sincrônico, ele funciona como intransitivo, subcategorizado como [+V] + [____].

Outros verbos são:

sit - "levantar-se" [+V] + [____]

xísa - "cantar" [+V], + [____]

kāp - "atirar" [+V], + [N' ____]

xig - "levar" [+V], + [N' ____]

xibíib - "mandar (em)" [+V], + [N' ____]

Ver apêndice I para um glossário do pirahã.

1.3.2.7. Conclusão

Na teoria padrão, a relação entre a subcategorização e as propriedades da estrutura profunda (gerada pelas regras categoriais) era redundante, como já mencionei. Na teoria atual, a teoria X' e outras subteorias determinam quais são as estruturas bem ou mal formadas, eliminando as agramaticais. Neste sentido, a subcategorização é trivialmente deduzível destes princípios para as classes lexicais (como a [+ expressão R] do pirahã) que não manifestam subdivisões internas. Por outro lado, nas classes lexicais em que há divisões internas (como na classe de partículas ou de verbos) a subcategorização não somente não é redundante, mas é crucial para a geração de estruturas bem formadas. Neste sentido, uma gramática formal dentro do quadro atual tem que incluir um tratamento da subcategorização no componente lexical. Naturalmente, como já observei várias vezes, a subcategorização não é o único elemento necessário para caracterizar o léxico. Restrições seletivas para propriedades também serão parte da informação necessária.

1.3.3. Para uma caracterização formal da morfologia do pirahã

1.3.3.1. Introdução

Nosso objetivo aqui é fazer um levantamento das características (e das possibilidades) do tratamento da morfologia do pirahã dentro do modelo transformacional. Pressupomos as sugestões de Muysken (1981) e o quadro básico de Aronoff (1976).

No modelo transformacional existem pelo menos duas maneiras de analisar e representar a morfologia verbal (nominal etc.).

Poderíamos, por exemplo, propor uma regra do seguinte tipo: (i)
 $V \rightarrow \text{Raiz (sufixo)}_{\alpha} (\text{sufixo})_{\beta}$ etc. (onde as letras gregas representam classes diferentes de sufixos).

Esta regra representa a composição interna dos verbos como apenas mais uma das estruturas frasais da língua.

Por outro lado, dentro da hipótese lexicalista de Chomsky (1970), existe a possibilidade de caracterizar a composição de palavras por regras morfológicas, o que naturalmente implica na divisão da gramática em sintaxe e morfologia como níveis lógicas e empiricamente distinguíveis.

(ii) $[v X] \rightarrow [v]v X [+ \text{sufixo}]$

(ver seção 1.3.3.3., abaixo, e Aronoff (1976)).

A pergunta óbvia a respeito de (i) e (ii) é se eles realmente representam alternativas com conseqüências empíricas, ou se são apenas variantes na notação.

Por outro lado, podemos perguntar se somos obrigados a interpretar (i) e (ii) como uma disjunção exclusiva ou como uma conjunção possivelmente usada. Ou seja, podemos propor um sistema misto, incluindo regras de (i) e (ii)? Quais seriam as implicações empíricas nesta decisão? Tentamos responder a estas perguntas nesta seção.

1.3.3.2. Morfologia derivacional vs. flexional

Nida (1946) distinguíu entre dois sistemas morfológicos: o derivacional e o flexional. Aronoff (1976) também pressupõe uma distinção entre esses dois sistemas. Porém, não é tão óbvio que esta divisão seja sempre válida.

Na língua quechua, por exemplo, Muysken (1981:308ss) mostra exemplos em que a morfologia derivacional não afeta a categoria lexical de uma palavra e outros casos em que uma palavra muda de uma categoria lexical para outra através da morfologia flexional. Estes exemplos contradizem um dos critérios clássicos usados para distinguir entre os dois tipos de processos morfológicos. Ou como diz Nida (1946:94):

"Derivational formations ... may exhibit changes in major distribution class membership ... Inflectional formations ... exhibit no changes in major distribution class membership".

Na discussão que se segue, pressupomos o modelo de Muysken devido a certas semelhanças entre os sistemas verbais do quechua e do pirahã em relação ao que Muysken chama de posição "independente" (os sufixos que afetam o sentido da frase inteira).

Este modelo tem produzido alguns resultados interessantes usando regras de formação de palavras, originalmente aplicadas apenas aos processos "derivacionais", para analisar o processo "flexional" da afixação verbal. Portanto, pelo menos em relação às línguas como o quechua (ou pirahã), o tratamento mais econômico da morfologia talvez não precise manter uma distinção rígida entre a morfologia derivacional e a flexional.

1.3.3.3. Sufixação por RFPs

Segundo Muysken, o tipo de processo de formação de palavras que usa regras deste tipo (Regras de Formação de Palavras RFPs) apresentará os seguintes traços:

- (a) RFPs aplicadas individualmente à base verbal;
- (b) regras interpretativas aplicadas ciclicamente;
- (c) filtros/restrições sobre a ordem dos sufixos;
- (d) filtros sobre interpretações possíveis (de encadeamento dos sufixos).

Por exemplo, a forma do verbo kap-áo-b-á "atirou" do pirahã resultaria nas seguintes regras:

(I) $[v \text{ kap}] \rightarrow [v [v \text{ kap}] - \text{áo}]$

Interpretação: a ação do verbo "atirar" kap foi realizado pelo próprio verbo e é percebida como um todo sem composição interna.

(II) $[v [v \text{ kap}] - \text{áo}] \rightarrow [v [v [v \text{ kap}] - \text{áo}] - b]$

Interpretação: a ação realizado pelo verbo é percebida como um todo sem composição interna.

(III) $[v [v [v \text{ kap}] - \text{áo}] -] \rightarrow [v [v [v [v \text{ kap}] - \text{áo}] -] - \acute{a}]$

Interpretação: a ação completa realizado pelo verbo é percebida como distante ou menos relevante ao momento da enunciação.

Nos casos de I a III, cada regra de interpretação utiliza a informação das regras anteriores e, portanto, estas regras são cíclicas. Porém, os casos de I a III apenas exemplificam uma palavra "bem formada". Como é que as RFPs evitam palavras como *kap-á-b-áo, uma palavra não permitida pela gramática?

No modelo que estamos usando aqui, as RFPs não evitam tais exemplos porque todas as RFPs são facultativas e não ordenadas.

Portanto, as RFPs em si produzirão várias palavras "mal formadas". Para tirar estas palavras da gramática é preciso um conjunto de "filtros". Segundo Muysken, podemos propor uma série de traços para os sufixos. Por exemplo, na ordem básica das classes posicionais (ver tabela na seção 18 do primeiro capítulo), cada classe seria marcada por um traço como no exemplo 15, a seguir:

(15) RAIZ - MODAL - DESIDERATIVO - NEGATIVO - etc.

$[+F_{\alpha}] [+F_{\beta}] [+F_{\gamma}]$

Pressupondo estes traços podemos propor alguns filtros iniciais, como:

(16) (a) * $[+F_x] [+F_y]$

(b) * $[+F_i] [+F_j]$, onde i vem do conjunto de traços $\{ \alpha, \beta, \gamma, \dots, z \}$

O exemplo 16a é apenas um modelo de como seria um filtro. Resta especificar os sufixos que não podem coocorrer (veja a seção 18 do primeiro capítulo e mais adiante nesta seção). O 16b diz que não é possível ter dois membros da mesma classe posicional sufixados simultaneamente.

Quanto aos filtros de interpretação propostas por Muysken, não tenho estudado suficientemente a semântica dos sufixos verbais para entrar numa discussão sobre interpretações não permitidas (ver Muysken (ibid:316ss)).

1.3.3.4. Sufixação por regras de estruturas de frase

Na discussão acima, todos os sufixos ligados à raiz por RFPs afetam apenas o significado básico desta mesma raiz. Porém, existem vários sufixos no pirahã que afetam não somente o sentido da raiz mas também o da sentença inteira em que ocorrem. Estes sufixos são os como os "condicionais", os "conclusivos", o interrogativo, hix, e o de resultado, taio.

Na teoria de X', podemos propor o seguinte modelo:

(i) V: regras morfológicas (RFA)

(ii) $V^n \rightarrow V$ $\left\{ \begin{array}{l} \text{Condicional} \\ \text{Conclusivo} \\ \text{Interrogativo} \\ \text{Resultado} \end{array} \right.$ $\left(\begin{array}{l} 1 \leq n \leq 3; \text{ não há} \\ \text{espaço aqui para investigar} \\ \text{o nível exato desta} \\ \text{afixação sintática.} \end{array} \right.$

A formulação do caso (ii) indica que estes sufixos não podem ocorrer simultaneamente, ou seja, semanticamente eles são distintos, embora sintaticamente formem um conjunto de sufixos semelhante ao que Muysken chama de "independentes" (ver seção 18 do primeiro capítulo para uma discussão mais ampla destes sufixos).

Os itens (i) e (ii) prevêm corretamente que o comportamento dos sufixos gerados por (ii) será diferente, mais global, do que os sufixos gerados pelas RFPs.

Há outras implicações relevantes no tratamento da morfologia por RFPs que não podemos discutir ainda, devido ao estágio inicial de nossa análise do sistema verbal.

Enfim, estamos apenas iniciando os estudos morfológicos do pirahã. No entanto, a teoria de RV já fornece um quadro interessante para caracterizar as inter-relações entre as categorias lexicais, a morfologia e a sintaxe.

2. 0 componente transformacional

Mencionei várias vezes durante esta tese sobre a transformação de Heavy Shift ("Deslocamento do SN Pesado"). Esta regra simplesmente desloca a informação expressa entre o sujeito e o verbo para a direita do verbo. Não entrarei numa discussão desta transformação aqui, já que ela não é relacionada ao tratamento referencial na próxima seção.

Basicamente, não há muitos exemplos claros de transformações na sintaxe, além da de chomsky-adjunction que é investigada na seção 3.3.

Por essas razões não pretendo investigar o componente transformacional da gramática do pirahã além das transformações específicas discutidas na seção 3.3. Veja-se o primeiro capítulo desta parte para um tratamento do componente transformacional em termos da ontologia da teoria gerativa. (Ver também Everett (em preparação c.).

3. Subistemas de princípios

3.1. Visão geral dos subistemas

Embora esta seção esteja preocupada principalmente com um dos subistemas de princípios, a teoria de vinculação, a lista que se segue é fornecida para facilitar a compreensão da posição e função relativas à teoria de vinculação dentro da teoria geral. A descrição destas subteorias baseia-se em Chomsky (1982b) (ver também a discussão destas subteorias por outra perspectiva no capítulo 2).

3.1.1. A teoria X': Ver seção 1.2.1., acima.

3.1.2. A teoria θ : Esta teoria é basicamente reduzível ao que Chomsky chama de "critério θ ". Segundo este critério θ , cada termo da Forma Lógica é obrigado a ter um papel temático (θ), ou seja, cada argumento do verbo recebe um e apenas um papel θ , e cada papel θ é determinado pelas

propriedades lexicais de uma frase e atribuído a um e apenas um dos argumentos do verbo.

3.1.3. A teoria do Caso: A teoria do Caso trata da atribuição de Caso (abstrato) a elementos em posições marcadoras do Caso (tais como os objetos de pré- (ou pós-) posições e de verbos transitivos, sujeitos de sentenças com tempo etc.). Também, a teoria do Caso propõe o "Filtro de Caso" que diz que todo SN com conteúdo fonológico recebe o Caso e que a presença do Caso torna certos elementos "visíveis" à aplicação de regras gramaticais. (Talvez, como Chomsky menciona, a teoria pode ser reduzida ao critério θ .)

3.1.4. A teoria de vinculação: Este conjunto de princípios se preocupa com as relações entre elementos anafóricos e pronominais com seus antecedentes (ver seção 3.3., abaixo).

3.1.5. A teoria de "fronteiras" 'Bounding': Esta teoria especifica as condições de "localidade", especificamente a "condição de subjacência" (cf. o apêndice) sobre as regras de movimento.

3.1.6. A teoria de controle: A teoria de controle procura especificar formalmente os antecedentes possíveis para PRO.

3.1.7. A teoria de regência: A teoria de regência estabelece várias propriedades das relações entre as categorias lexicais (N, A, V, etc.), a atribuição do Caso e o comportamento e a distribuição das "categorias vazias".

3-2. Implicações dos subsistemas para a Gramática Universal

Estes princípios representam o "coração" da teoria GB. Suas implicações para a GU são muitas e importantes. Por exemplo, várias das configurações estruturais no pirahã (como a ordem básica SVO vs. a ordem "excepcional" dos SNs pósposos ao verbo) e outras línguas (como o exemplo do basco no segundo capítulo e os demais exemplos propostos pela APG como contraexemplos à teoria gerativa) possuem pouco em comum com o português, o inglês etc. Mas as relações entre os termos dependentes e seus antecedentes (ver abaixo) de

fato parecem mostrar um alto grau de correspondência através dos limites lingüísticos.

O fato animador é que, através da teoria RV temos mantido nossos objetivos principais (objetivos mentalistas - ver Chomsky (1957:49ss)) enquanto temos sido liberados da ênfase nas restrições relativamente superfluas da gramática transformacional antiga - a linearidade e as estruturas de frase.

3.3. A teoria de vinculação e a anáfora no pirahã

3.3.1. Introdução

Os fenômenos de coreferência, como já temos visto, são especialmente interessantes na teoria sintática de "regência e vinculação" (ou "Government and Binding", GB). De forma mais geral, o problema de caracterizar os vários tipos de anáfora representa uma direção muito desafiadora de pesquisa para a lingüística (e a filosofia) como um todo. Os fenômenos anafóricos são cruciais até na própria definição dos objetivos básicos na disciplina de lingüística. Por exemplo, se aceitamos a pressuposição inicial de Chomsky (1957:11):

"From now on I will consider a language to be a set (finite or infinite) of sentences..."

estamos imediatamente cientes da existência de exemplos aparentemente contraditórios. Por exemplo,

Falante A: "João é um camarada legal."

Falante B: "Discordo totalmente."

Falante A: "Não me importa; ele continua legal na minha opinião."

De onde veio o "ele" da última linha? Não teria sido possível colocar "ela" em vez de "ele" (nem "eu", nem "Chico", mas só "ele"). Como é que este fenômeno existe, já que "ele" se refere a um acontecimento fora da sua cláusula? Isto obviamente representa um fato sistemático da nossa competência lingüística (cf. Everett, a sair c.). Ademais, isto é um fato que não pode ser analisado dentro do tipo de gramática proposto por Chomsky.

Lakoff enfatiza a importância da anáfora e referência quando diz:

"The problem of pronominalization and of reference in general is at the very heart of syntactic investigation. There is hardly an area of grammar that does not impinge on the problems of reference" (1968:1).

Na discussão subsequente do seu trabalho, Lakoff trata dos problemas relacionados à referência de "mundos possíveis" e caracterizações lógicas de referência. Nesta seção pretendo discutir certos aspectos sintáticos e pragmáticos dela, mas o problema tanto do trabalho de Lakoff quanto do presente estudo é o de determinar o domínio relevante da referência. É puramente sintático? pragmático? apenas um fenômeno do discurso? Podemos fazer alguma distinção inteligível entre uma "gramática de sentenças" e uma "gramática do discurso" em relação à referência?

Bresnan (1978) acredita que a abordagem interpretativa à anáfora proposta por Lasnik (1976) e Reinhart (1976) pode fornecer uma teoria consistente tanto com estudos do discurso quanto com os da sentença:

"Previous transformational theories have described coreference relations grammatically, assuming that the anaphoric relation between a pronoun and its antecedent should be specified by rules of the grammar, such as a pronominalization. The new interpretive account drops this assumption. Consequently, since coreference relations are not the result of rules of sentence grammar, we are free to treat sentence-internal and intersentential coreference in the same way" (ibid:12).

Infelizmente, o que Bresnan viu como uma maneira de combinar os tratamentos variados da anáfora, de fato não chegou a oferecer nenhuma caracterização interessante nas condições externas (intersentenciais) sobre a anáfora. A falta de um tratamento coerente de fatores intersentenciais que afetam a anáfora é um resultado da falta de formalizações da interação da pragmática e a sintaxe (embora, é claro, existam vários estudos de diversas perspectivas sobre o assunto - ver especialmente Dooley (1982) e Reinhart (1981b)).

O problema central é que para entender a referência, temos que entender algo da intencionalidade, já que, quando falamos de 'referência' estamos falando na referência pretendida e não na referência real "actual reference". Na ausência de um tratamento integrado da referência e intencionalidade (cf. Searle (a sair)), estamos até um certo ponto na

escuridão. Porém, existem algumas idéias que podem ser propostas e que parecem pertinentes ao empreendimento geral de entender a referência.

Tenho dois objetivos nesta seção. Primeiro, quero avaliar duas propostas recentes sobre a indexação e referência (Chomsky (1980b; 1981b)). Segundo, proponho uma análise da referência no pirahã da teoria de RV, sugerindo certas modificações na teoria para tornar mais explícita a relação entre a pragmática e a sintaxe.

3.3.2. Noções básicas de indexação e vinculação em "OB"

3.3.2.1. Indexação

A primeira proposta sobre fenômenos de referência que pretendo avaliar aqui é de Chomsky (1980b), "On Binding" (OB - ver também Lasnik (1981) e Lasnik e Freiden (1981)). Neste trabalho, um dos problemas centrais é a "referência disjunta", ou seja, como explicar o fato de que, dada uma determinada configuração sintática, apenas certos termos (ou nenhum) dentro dessa configuração podem ser entendidos como coreferenciais enquanto outros são obrigatoriamente não coreferenciais, ou seja, "disjuntos em referência".

Para dar uma idéia daquilo que esta noção pretende captar, consideremos alguns exemplos do português:

- (17) (a) João lhe bateu.
- (18) (a) João se bateu.
- (19) (a) João falou com Sérgio sobre ele.
- (20) (a) João disse que Sérgio tinha lido sobre ele.
- (21) (a) João disse que ele investigaria o caso.

Os fatos relevantes dos exemplos de 17 a 21 são os seguintes:

Nos exemplos 17 e 19, nenhuma das expressões nominais podem ser interpretadas como coreferenciais; no 18, 'João' e o elemento anafórico 'se' são obrigatoriamente coreferenciais; no 20, 'ele' pode ser coreferencial com 'João', mas não com 'Sérgio'; no 21, 'ele' pode ser interpretado como coreferencial ou como disjunto em relação a 'João'.

Chomsky (1980b:apêndice) propõe um procedimento algorítmico de indexação para explicar estes fatos. Nos exemplos de referencial disjunta, 17, 19 e 20 'ele' ≠ 'Sérgio', a proibição contra a coreferência seria 'João' formulada da seguinte maneira:

Primeiro, dois tipos distintos de "índices" são propostos. Estes são (i) o índice referencial, um número subscripto atribuído a cada expressão nominal; e (ii) o índice anafórico, um conjunto de índices atribuído a cada expressão não anafórica (ver abaixo).

Os índices referenciais são atribuídos seja por regras de movimento (onde o vestígio tem o mesmo índice do SN movido), seja através do seguinte procedimento:⁸

"Proceeding from top to bottom [do ponto mais alto na "árvore" ao mais baixo, D.L.E.] suppose we reach the nonanaphoric NP. If it has already been assigned the index i by a movement rule, take i to be its referential index; otherwise assign it some new referential index i ." (08:39)

Este procedimento derivaria 19b de 19a:

(19)(b) João₂ falou com Sérgio₃ sobre ele₄.

Agora, precisamos colocar os índices anafóricos. Procede assim:

"Take the anaphoric index A of α to be $\{\alpha_j, \dots, \alpha_n\}$, where α_j is the referential index of some NP c-commanding α (A maximal)." 9, 10 (08:39)

Em outros palavras, cada elemento nominal não anafórico terá um índice da forma (r, A) onde r é o índice referencial e A o índice anafórico.

Dado este procedimento, derivamos 19c de 19b:

(19)(c) João₂ falou com Sérgio₃{2} sobre ele₄{2,3}

Segundo a teoria 08, nenhum SN_A pode ser interpretado como referencial a qualquer outro SN_B, quando o índice referencial de SN é contido no índice anafórico de SN_A (ou seja, SN_A e SN_B são disjuntos em referência).

Portanto, no exemplo 19c não há coreferencial já que o índice anafórico de cada SN contém o índice referencial de cada SN mais alto e c-comandando na configuração. Outrossim, os exemplos 17 e 10 teriam os seguintes índices:

(17)(b) João₂ bateu nele₃{2}.

(20)(b) João₂ disse que Sérgio₃{2} tinha lido sobre ele₄{2,3}.

Portanto, temos uma explicação sobre a referência disjunta dos exemplos 17, 19 e 20. Obviamente, há um problema imediato com o 20; isto é, segundo a indexação do mesmo, não somente é proibida a coreferência entre 'Sérgio' e 'ele' (uma previsão correta), mas também não pode haver coreferencial entre 'João' e 'ele' (uma previsão incorreta).

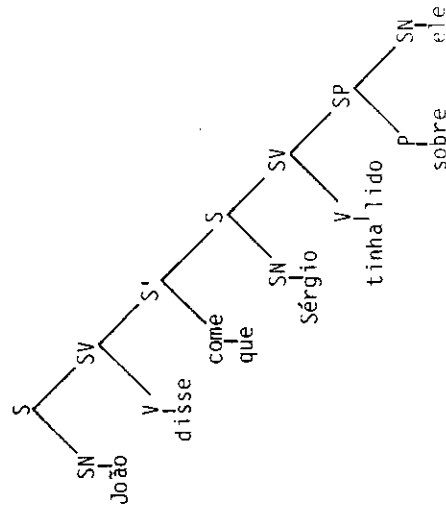
Vamos estudar mais cuidadosamente, no exemplo 22, a estrutura da sentença contida no exemplo 20, mas de forma simplificada para os nossos objetivos aqui:

(22) [S João disse] [S' [que] [S [SN Sérgio]]]
COMP

[tinha lido] SP sobre ele]]]

a estrutura do exemplo 20c seria mais ou menos igual.

Outra maneira de representar a estrutura do exemplo 20, está no 23:



Nos exemplos 22 e 23 vemos que 'João' c-comanda 'Sérgio' e 'ele' e 'Sérgio' c-comanda 'ele'. Logo, 'Sérgio' e 'ele' contêm os índices referenciais dos SNs que os c-comandam (e 22 e 23 nos seus índices anafóricos). Porém, como já mencionamos, 'ele' e 'João' podem ser coreferenciais.

Para explicar este tipo de exemplo, Chomsky introduz os princípios de vinculação (e vários termos novos que explicaremos abaixo e no apêndice 2).

3.3.2.2. Vinculação "Binding" (cf. apêndice 2)

Na versão da teoria de vinculação proposta em OB, as condições de vinculação possuem o efeito de "... deleting certain indices from the anaphoric index of a pronoun, thus in effect blocking certain cases of disjoint reference and permitting reference to be free".

Consideremos o procedimento algorítmico do apagamento de índices das condições de vinculação (Higgenbotham, 1980:683).

(24) "If B is a pronoun that is free (i) in the minimal

- X = S' or NP containing B and B is either:
 (a) nominative; or
 (b) in the domain of the subject of X,
 then i deletes from its anaphoric index."

Dado o exemplo 24, reconsideremos os exemplos de coreferência do 20 e 21, acima.¹³

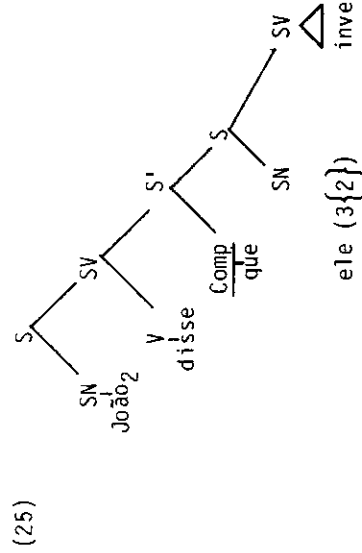
Através do exemplo 23 vemos que na estrutura do exemplo 20 'ele' (4{2,3}) é de fato livre(2) ou, em outras palavras, potencialmente coreferencial ao SN de índice referencial₂, sujeito às condições de vinculação do exemplo 24 (e a intenção do falante; ver discussão na conclusão deste capítulo).

Isso acontece porque:

- (i) 'ele' é livre(2) em X mínimo (a S' mais baixa no exemplo 29)¹⁴ já que nenhuma expressão com o índice referencial₂ ocorre nesta S';
- (ii) 'ele' é c-comandado por 'Sérgio', o sujeito de X (= a S' mais baixa) e é portanto, no "domínio do sujeito de X";
- (iii) logo, o número 2 é apagado no índice anafórico de 'ele'.

Porém, já que 'Sérgio' c-comanda 'ele' em X mínimo, o número 3 continua no índice anafórico de 'ele', proibindo a coreferência entre esses termos.

No exemplo 21, 'ele' é livre(2) na S' mínima e nominativo, como se vê no exemplo 25, a seguir:



Portanto, o número 2 é apagado do índice anafórico de 'ele',
 {2} --- { \emptyset }, permitindo (mas não exigindo) a coreferência.

Até agora, a teoria de OB parece muito prometedora (ver referências citadas acima e outras da bibliografia para exposições mais detalhadas sobre a coreferência em OB, especialmente em relação a estruturas encaixadas e quantificadas). Porém, existem vários exemplos de referências no pirahã que são problemáticas para a teoria que acabamos de ver.

3.3.3. Problemas no pirahã

3.3.3.1. Reflexivos

O primeiro tipo de exemplo problemático para a teoria de OB se vê na expressão da reflexividade no pirahã (cf. seção 4 do primeiro capítulo) que é realizada através dos pronomes normais, sem formas especiais.¹⁵

(26) hi(i) hi(j) xib -áo -b -á -há -há
 3 3 bater-télico-perfectivo-remoto-certeza completa

"Ele bateu nele."

(27) hi(i) hi(i) xibáobáhá

"Ele se bateu."

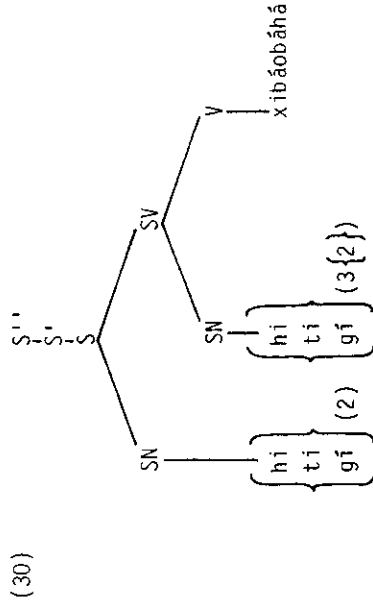
(28) gí gí xibáobáhá
 2 2

"Você se bateu."

(29) ti ti xibáobáhá
 1 1

"Eu me bati."

O exemplo 26 não apresenta nenhum problema para a teoria de OB. Dois pronomes não coreferenciais estão numa relação configuracional onde o primeiro c-comanda o segundo. Porém, as mesmas formas pronominais ocorrem no exemplo 27, mas com uma "leitura" coreferencial. Os exemplos 28 e 29 apresentam o mesmo problema: coreferência em estruturas onde deveria haver somente referência disjunta, segundo a teoria. Representemos a estrutura dos exemplos 26 a 29, inicialmente com o 30 (mas veja-se a discussão mais adiante para uma revisão da estrutura simples aqui apresentada):



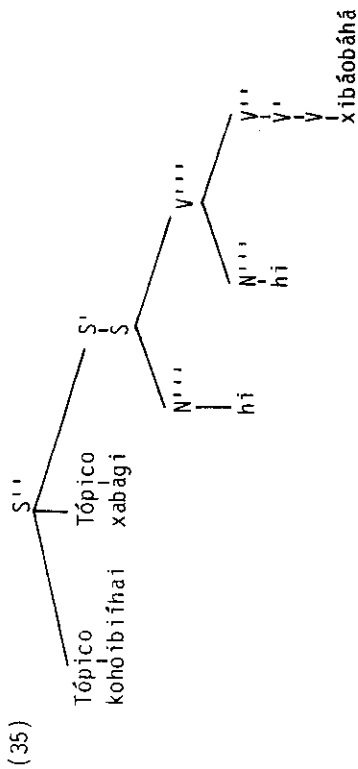
Nesta representação inicial, vemos que o pronome mais alto c-comanda o mais baixo. Ademais, já que o pronome mais baixo não é livre(2) em X no exemplo 30, este número (o índice referencial do pronome mais alto) não pode ser apagado do seu índice anafórico e, portanto, o modelo de OB previria referência disjunta entre os pronomes, o que é claramente falso. Na seção 3.3.4., consideramos algumas explicações alternativas para este fenômeno dentro do quadro de OB e explicamos porque esta teoria é inadequada empiricamente, segundo os dados do pirahã.

Gostaria de considerar mais alguns exemplos problemáticos na teoria de OB. Primeiro, apresento os exemplos com uma discussão sobre o porquê deles serem problemáticos; segundo, investigo duas análises passíveis destes dados, mostrando por que nenhuma análise baseada em índices anafóricos é adequada.

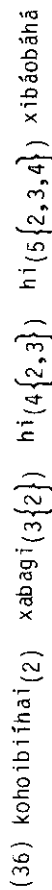
3.3.3.2. Pseudotopicalização

Os dados que gostaria de considerar aqui são do seguinte tipo:

(31) (a) kohoibíhái(i) hi(i) hi(i) xib -áo
 nome próprio 3 3 (j) bater-télico



Através dos diagramas contidos nos exemplos 34 e 35¹⁶, é óbvio que os elementos "topicalizados" c-comandam os elementos pronominais. A partir dessa observação, lembremos que, segundo OB, os índices referenciais destes elementos devem aparecer nos índices anafóricos dos pronomes¹⁷. Aplicando os princípios de indexação de OB, a sentença do exemplo 33 deriva do exemplo 36:

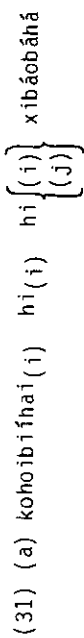


Mas se o exemplo 35 corresponde à estrutura correta da sentença no exemplo 36, embora seja possível apagar os índices referenciais dos nomes próprios dos índices anafóricos dos pronomes em 36, isso apenas facilita uma interpretação livre dos pronomes, segundo OB. Mas sua referência, como já vimos, não é nem disjunta nem livre, mas sim obrigatoriamente coreferencial.

Por isso, a análise de topicalização possui uma vantagem. Essa vantagem é que, segundo Chomsky (1977a), as estruturas topicalizadas são interpretadas por uma regra especial, a qual se chama de "regra de predicação". Essa regra determina os valores dos índices referenciais das expressões nominais na forma lógica de maneira diferente das regras de construal comuns.

Vejanos uma possível aplicação desta regra aos dados dos exemplos 31 a 34:

Para o exemplo 31 (a), aqui repetido:



Ha duas interpretações lógicas possíveis, conforme o valor do índice do segundo hi.

- (i) para x = kohóibífhai, x bateu em x; ou
- (ii) para x = kohóibífhai e y ≠ kohóibífhai, x bateu em y.

Pressupondo esta regra de interpretação de Chomsky (1977a), e também Chomsky (1982b), exemplos como o 31 são facilmente tratáveis dentro de OB, análogos a sentenças como a do exemplo 37, a seguir, do português:

(37) João, ele é muito inteligente.

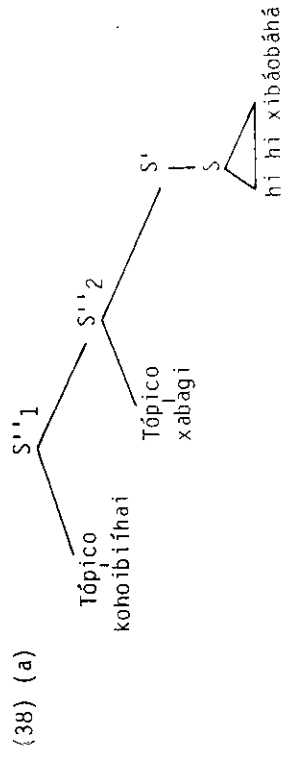
Agora, consideremos a interpretação de exemplos como o 33, onde há, aparentemente, dois tópicos:

(33) (a) kohóibífhai(i) xabági(j) hi(i) hi(j) xibáobáhá

A forma mais lógica para esse caso seria algo como:

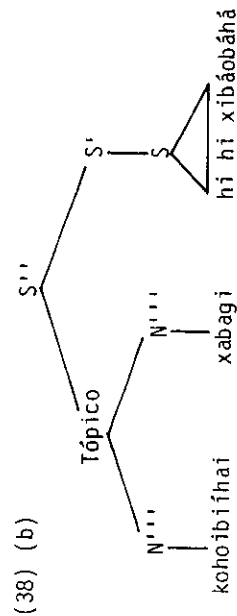
para x = kohóibífhai e para y = xabági, x bateu em y

O problema é como formalizar esta interpretação. No exemplo 33 uma interpretação inicial tomaria o nóduo S' como uma proposição sobre a relação entre os dois elementos topicalizadores (ver exemplo 35). Por isso, uma estrutura como a do exemplo 38 (a) seria incorreta:



Nesse caso há duas proposições: (i) a proposição expressa por S' sobre S''2; (ii) a proposição expressa por S''2 e S' sobre S''1. Porém, sabemos que isso não é a interpretação correta.

Por outro lado, o exemplo 38 (b) estaria incorreto porque os elementos topicalizados não c-comandam os pronomes eliminando a possibilidade de coreferência (ou seja, eliminando a única interpretação gramatical):



Portanto, a estrutura contida no exemplo 35 é a única possível para a interpretação correta do exemplo 33.

Diria que se esta sugestão fosse correta, sentenças como a do exemplo 33 teriam que ser interpretadas como uma relação ativa entre os dois tópicos, onde o tópico mais para a esquerda seria o agente e o à direita, o paciente (ou algo semelhante).

Em outros palavras, a interpretação destas sentenças teria que levar em consideração a linearidade dos constituintes como um aspecto crucial da topicalização, o que é uma noção pragmática (*(33)(b) mostra que outras interpretações são impossíveis). Uma crítica possível a isto é que esta proposta implica numa redundância entre a "estrutura pragmática" e a estrutura sintática de uma sentença. Esta crítica, porém, não parece muito séria, dadas as seguintes observações: (i) em muitas línguas do mundo esta redundância é comum, já que o sujeito gramatical frequentemente corresponde ao tópico (cf. Dooley (1982) e Reinhart (1981b)); (ii) é um fato bem estabelecido onde existem estruturas pragmáticas ou funcionais lado a lado às sintáticas (Dooley (ibid); Chomsky (1971); Bresnan (1982)). Este último trabalho argumenta que são as estruturas funcionais e não as sintáticas que são básicas.). Embora a relação entre estas estruturas seja muito além do escopo deste trabalho, gostaria de discutir algumas sugestões de Reinhart (1981b:25):

"... we define the topic expression of a sentence S in a context C to be the expression corresponding to ∞ in the pair $\langle \infty, \emptyset \rangle$ of PPA(s) which is selected in C"18

Segundo isso, o exemplo 33 é uma proposição sobre os dois tópicos (os nomes próponeste caso). Pressupondo isso, poderíamos tentar resolver o problema de coreferência obrigatória através de uma noção como "proeminência pragmática", onde o elemento mais proeminente pragmaticamente (neste caso uma função linear, mais para a esquerda e sendo mais proeminente) seja interpretado como coreferencial ao sujeito gramatical. Assim, sentenças como a do exemplo 33 teriam uma estrutura pragmática como a do 39:

- (39) (i) Dado o par ordenado $\{x, y\}$ onde $\{x, y\}$ são dominados por nódulos de tópicos (e onde x precede y linearmente) então,
- (ii) a S' dominada imediatamente pelo S'' que domina $\{x, y\}$ é uma proposição, \emptyset , sobre a relação ativa entre x e y, como no item (iii):

$$(iii) \langle \{x, y\}, \emptyset \rangle$$

Dado o exemplo 39, a interpretação do 33 toma x, xohoibííhai, como ligado (ou antecedente) ao sujeito (o hi mais para a esquerda) e y, xabagi, como o antecedente do hi na posição de objeto.

Tenho que confessar que esta análise me atraiu logo. No entanto, a "hipótese pragmática" precisa ser abandonada pela simples razão de que existem provas que demonstram que os nomes próprios do exemplo 33 não são tópicos. Por isso entitulei esta seção de "pseudotopicalização". Vejamos, agora, as contraevidências e por que a teoria de OB falha.

Um primeiro problema que surge em relação a esta análise decorre dos exemplos de "dupla-topicalização" (repetição do mesmo tópico) discutidos na seção 1.2.2.1., do tipo:

- (40) paigí hi ob -áxáí paigí
nome próprio 3 ver-muito nome próprio

"Paigí sabe muito, Paigí."

Uma explicação possível para exemplos desse tipo é que a segunda ocorrência de paigí é apenas uma sentença ou sintagma elíptica, ligada parataticamente à sentença matriz. Segundo D. Derbyshire (comunicação pessoal) esta estrutura seria comum nas línguas amazônicas sendo o elemento nominal à direita um tipo de esclarecimento e não o tópico. Embora esta observação não seja crucial para a tese que estamos desenvolvendo aqui, gostaria de lembrar que: (1) a ordem prevista pela teoria X' para o tópico seria S' Tópico e não Tópico S'; (2) a marcação fonológica do elemento nominal que aparece à direita é sempre mais nítida do que a do elemento esquerda. Pode ser que Derbyshire esteja correto mas a meu ver numa análise sincrônica a evidência é inconclusiva. Entretanto, há outras evidências contra a análise de topicalização mais forte do que esta duplicação de um determinado sintagma nominal.

Chamo estes exemplos de "coreferência complexa".

(41) (a) *kohoibíñhai(i) hí(i) xabagi(j) hí(j) xibáobáhá*

"Kohoibíñhai bateu em Xabagi."

(Devo dizer que continuo usando o mesmo verbo, nomes próprios etc., não porque não hájam outros exemplos, mas sim para facilitar e simplificar a discussão, concentrando-me mais nas relações formais entre os termos.)

(b) *kohoibíñhai(i) hí(j) xabagi(j) hí(i) xibáobáhá*

"Xabagi bateu em Kohoibíñhai."

Nestes exemplos de coreferência, o fato de que os nomes próprios são separados pelos elementos pronominais é extremamente interessante, especialmente porque a interpretação do exemplo 41 é basicamente igual à do 33. Porém, o pronome mais à esquerda continua ligado ao nome mais à esquerda, e o pronome mais à direita, ao nome mais à direita. Estes fatos são, ao meu ver, quando considerados com outros problemas mencionados acima, um problema muito sério para uma análise de topicalização. Estas observações de fato me levaram a rejeitar esta hipótese e procurar outra explicação mais

satisfatória dos fatos dentro do quadro gerativo. Como veremos mais adiante, na teoria de RV há uma explicação interessante dos fatos que escapa às objeções na análise de topicalização (ou como proponho, "pseudotopicalização").

As consequências da rejeição nesta análise são relativamente sérias. Ao abandonar a topicalização (isto é, a topicalização de elementos como os do exemplo 33; ver seção 1.2.2.1, acima, e a 9 da primeira parte para exemplos de "topicalização verdadeira", o que, embora existente, é irrelevante para a presente discussão). Ou seja, sem nenhum recurso de escapar das exigências dos "índices anafóricos" como a regra de predicação associada com a topicalização, a teoria de OB é incapaz de explicar (i) os reflexivos do pirahã; e (ii) os exemplos de "pseudotopicalização" e "coreferência complexa" acima mencionadas.

Entretanto, antes de passar para a teoria de "regência e vinculação" acredito que devo mencionar outra possibilidade. Esta segunda hipótese analisaria os elementos pronominais dos exemplos acima como clíticos (esta hipótese foi sugerida por Charlotte Galves). De fato, pretendo mostrar, na próxima seção, que esta análise ou uma semelhante é o tratamento correto. O problema, como veremos mais adiante, é que o quadro de OB não é suficientemente desenvolvido para permitir esta análise, a qual depende dos princípios desenvolvidos na teoria de RV.

3.3.4. A teoria de regência e vinculação (RV)

3.3.4.1. Introdução

Nesta seção quero prosseguir com a consideração dos exemplos acima, de reflexivos, pseudo-topicalização e coreferência complexa. Meus objetivos nesta seção são de (i) propor uma análise coerente e satisfatória para estes fenômenos; (ii) introduzir o modelo atual da teoria gerativa; e (iii) investigar as implicações de certos modificadores deste modelo que irei propor mais adiante.

Gostaria de começar com uma introdução breve à teoria de RV e certas diferenças entre esta teoria e a de OB.

Desde OB, a teoria de regência e vinculação tem mudado em vários áreas. Por exemplo, muito mais pesquisa tem sido realizada sobre a natureza e o comportamento das "categorias vazias" - Kayne (1981b); Chomsky (1981a - c) etc. Também, os próprios princípios de vinculação têm sofrido várias

mudanças. Mais importante, em relação à presente discussão, os índices anafóricos foram eliminados. Veremos algumas das implicações destas mudanças abaixo.

3.3.4.2. Os princípios de vinculação RV

Antes de discutir a reformulação dos princípios de vinculação em GB, precisamos definir alguns termos (cf. também o apêndice):

- (i) elementos anafóricos: expressões nominais sem referência inerente, sempre ligados a um antecedente;
- (ii) pronomes: elementos que podem ser interpretados com referência livre (interpretação dêitica) ou com coreferencial obrigatória com um antecedente (interpretação presal);
- (iii) expressões = R: expressões que sempre têm referência e interpretação livre;
- (iv) regência: λ rege β somente se λ c-comanda β pouquíssimamente;²⁰
- (v) categoria de regência: λ é a categoria de regência de β , somente se λ é a categoria que contém β e um regente de β , onde α = SN ou S'.

Dadas estas definições preliminares, a teoria de vinculação é contida nas três afirmações abaixo:

- (A) um elemento anafórico é vinculado na sua categoria de regência;
- (B) um pronome livre é preso na sua categoria regente;
- (C) uma expressão - R é livre.

Note-se que de (A) podemos derivar o que foi descrito na teoria de GB pela 'NIC' e 'Opacidade' (ver exemplo 30, acima, e a nota 6; há várias outras implicações destes princípios que não serão examinadas aqui. Vale a pena notar, porém, a grande importância atribuída por (A) - (C) à noção de regência, algo de pouca importância na teoria de GB (pelo menos em relação à referência). Por sua vez, a noção de regência coloca muita importância na subcategorização, já que ela deriva basicamente das propriedades dos itens lexicais (especialmente os verbos e as pré/pósposições em relação à atribuição de Caso). Vemos nisso, mais uma vez, a importância do "Princípio de Projecção".

Segundo a teoria de vinculação, (A) - (C), a sentença do exemplo 42, abaixo, seria agramatical com a interpretação X que liga o pronome com a expressão-R, porque nesta interpretação o pronome seria ligado à sua categoria regente.

(42) [₃ [S [SN Maria] [ouviu sobre ela]]]

- *(a) ela = Maria
- (b) ela ≠ Maria

Por outro lado, no exemplo 43 a única interpretação possível liga 'se' com 'Maria' porque 'se', como elemento anafórico, tem que ser ligado à sua categoria de regência.

(43) [S' [S [SN Maria] [se ouviu]]]

- *(a) se ≠ Maria
- (b) se = Maria

Na seção 3.3.5.3., abaixo, proponho uma formulação alternativa a estes princípios de vinculação. Mas, antes disso, vejamos como os princípios formulados em (A) - (C), acima, funcionam na teoria.

3.3.4.3. Eliminação dos índices anafóricos

Talvez uma das modificações mais severas na teoria de GB proposta na teoria de GB seja a eliminação dos índices anteriores.

"I have been assuming a very simple indexing theory: there are no anaphoric indices in the sense of GB, but only referential indices, and these are assigned either by movement or freely". (Chomsky, 1981b:285).

No mesmo trabalho em que Chomsky faz esta sugestão, ele mesmo levanta o que parece ser uma série de contraexemplos sérios. Porém, ele sugere que estes contraexemplos podem ser deixados de lado, por enquanto, explorando primeiro as implicações de um sistema mais simples, sem os índices anafóricos.

Uma pergunta óbvia é por que fazer isso? Por que a teoria seria de alguma forma "melhor" sem estes índices? Uma razão notada por Lasnik (1981:50):

"[In GB] Anaphoric indices are eliminated, obviously, a technical simplification, all else equal..."

Porém, embora esta seja uma razão importante para eliminar os índices anafóricos, não é o mais importante. O sistema de índices anafóricos nos obriga a estipular que certas estruturas são exceções à teoria geral já que elas não poderiam ser interpretadas por índices anafóricos. Por exemplo, mesmo na teoria de GB as cláusulas relativas não podiam ser interpretadas da mesma maneira que outras cláusulas. Era necessário tratar cláusulas relativas como elementos anafóricos para eliminar seus índices anafóricos e ligar o pronome relativo ('who', 'quem' etc.) com a expressão-R ou à cláusula relativa que se refere.

Outras estruturas eram também problemáticas:

(44) Quanto a João, não há muito a dizer sobre ele.

ele = João

Ou o exemplo 45, do inglês:

(45) Who did Mary call an idiot as often as Jane called him a cretin?

him = who

Tanto no exemplo 44, quanto no 45, o pronome 'ele', 'him' é *anteriormente* coreferencial ao antecedente à sua esquerda. Mas na teoria

de GB, estas estruturas não podiam ser interpretadas através dos índices anafóricos e era necessário tratá-las de maneira diferente. Vemos na discussão seguinte que (i) a eliminação dos índices anafóricos da teoria em geral nos libera da necessidade de estipular que as estruturas, como nos exemplos 44 e 45, não são interpretáveis pela indexação anafórica; e (ii) esta eliminação facilita a análise das estruturas no pirahã, mencionadas acima.

Em Lasnik (1981) sérias objeções são levantadas contra a proposta de eliminar os índices anafóricos. Na seção 3.3.5.3, tentamos responder a estas objeções na discussão sobre a noção de "indexação livre" (que foi mencionada na citação de Chomsky (1981b), acima).

3.3.4.4. Regras de interpretação

Em Chomsky (1977a; 1982b) e outros trabalhos é sugerido que certas estruturas sejam interpretadas por uma regra diferente das regras de interpretação comuns (as chamadas rules of construal; ver seção 3.3.3., acima, para uma discussão desta regra).

Esta chamada "regra de predicação" entra na interpretação de formas topicalizadas, como já vimos brevemente, cláusulas relativas e exemplos como os 44 e 45. Uma regra de predicação toma estas estruturas como sentenças abertas, satisfeitas na forma lógica pela expressão nominal - núcleo.

No exemplo 46, a representação (a) tem a forma lógica (b):

(46) (a) [o homem]_i [que_j João viu v_j]

(b) [o homem]_i [que_i João viu v_i]

Ou seja, a regra de predicação identifica os índices referenciais i e j, considerando a sentença 'que_j João viu v_j' como uma predicação da expressão nominal 'o homem'_i.

Através deste tipo de regra conseguimos, a meu ver, um tratamento unificado para uma grande variedade de estruturas, inclusive os exemplos no pirahã (cf. seção 3.3.5.). Ademais, ao eliminar os índices anafóricos, não